



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

ZENIS BEZERRA FREIRE

**PERIFERIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: uma análise de comunidade do
Mutirão na cidade de Campina Grande/PB**

**CAMPINA GRANDE - PB
2014**

ZENIS BEZERRA FREIRE

**PERIFERIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: uma análise de comunidade do
Mutirão na cidade de Campina Grande/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para cumprimento de exigência da conclusão do curso de graduação em Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa

CAMPINA GRANDE - PB
2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

F866p	Freire, Zenis Bezerra.
	Periferização e exclusão socioespacial [manuscrito]: uma análise da comunidade do Mutirão na cidade de Campina Grande/PB / Zenis Bezerra Freire. – 2014.
	63 f.: il. color.
	Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação - CEDUC, 2014.
	“Orientação: Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa, Departamento de Geografia”.
	1.Segregação socioespacial. 2. Geografia Urbana. 3. Território. 4. Espaço Urbano. I. Título.
	21. ed. CDD 307.76

ZENIS BEZERRA FREIRE

PERIFERIZAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: uma análise da comunidade do
Mutirão na cidade de Campina Grande/PB

Monografia Apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do Grau de
Licenciado em Geografia.

Aprovada em 17/12/2013

Nota: 100 (DEZ)


Prof. Dr. Antonio Albuquerque da Costa - UEPB
Orientador


Prof. Ms. Arthur Tavares Valverde - UEPB
Examinador


Prof. Ms. Luiz Arthur Pereira Saraiwa
Examinador

DEDICATÓRIA

A Deus que me auxiliou em todos os momentos até o fim desta etapa.

Aos meus pais e irmãos que se fizeram presentes com seu apoio e dedicação a minha formação.

O Artur Bezerra Freire (*in memoriam*) pela linda criança que foi e pelo amor que o tenho.

A comunidade do Mutirão pela luta por melhores condições de subsistência

A Devison Fernandes, cuja vida foi levada pelas águas da enchente em Julho de 2011.

A todos aqueles que acreditaram nos meus sonhos e sonharam comigo.

Dedico

AGRADECIMENTOS

Em meio à caminhada que tenho trilhado eis que mais um objetivo é alcançado, embora muito árdua até sua chegada, muitos são os agradecimentos. Agradeço em a Deus, pela força, auxílio e amor em todos os momentos, que não me permitiu desistir nem se quer retroagir em meio a tamanhas dificuldades.

A meu pai, pelo esforço de tirar da terra sua subsistência arduamente para manter minha formação, pela luta diária na tentativa de realizar meu sonho, pelo amor, carinho e pela imponência. A minha mãe pela ânsia pela minha chegada dos dias de estudo, pelas noites que observa meu sono, pela proteção e dedicação, aos meus irmãos Artur (*in memóriam*), pois na sua perda encontrei forças para terminar a caminhada que iniciei, pois jamais me perdoaria se tivesse me entregue à dor de sua perda, e não tivesse buscado forças para seguir adiante, a Redson pelo orgulho e pela honra que me ensinou. A Vitória pela linda menina que é, pelo orgulho que me dá e pelo sentido da vida que me deu desde seu nascimento, pequenina irmã. A Tatianne Ellen, minha mana que sempre esteve comigo em todos os momentos, nas noites de insônia, nos caminhos da pesquisa, nas crises da escrita, sempre me acalmando e dando a certeza que tudo daria certo. A família que me acolheu na cidade de Campina Grande (Dona Maria, Dona Leide, Tati e Thalytta), pois sem elas não teria conseguido completar grande parte de meus objetivos. Dentre os meus familiares todos aqueles que de alguma forma estiveram junto a mim neste caminho.

No âmbito da academia minha extrema gratidão aos meus professores, meus mestres os quais, me ensinaram tudo que sei e me levaram ao descobrir dos livros, das paixões e da sensibilidade geográfica. Não poderia nomear todos, mas por ordem dos quais encontrei inicialmente no curso e foram despertando pouco a pouco, a vontade de ser professora e pesquisadora na Geografia, de cada um levarei um pedacinho para tentar construir a profissional que desejo ser. A Hermes Alves, agradeço pelo compromisso, competência e carinho com que me tratou todos estes anos, a Marlene Macário pela iniciação a pesquisa e por sua grande gama de conhecimento, a Suellen Pereira pela organização e pelo conhecimento, a João Damasceno que me ensinou a sempre produzir e não reproduzir conhecimento e a sempre, buscar os clássicos “beber na fonte”.

A Faustino Moura pela sua prestação e doação ao curso de Geografia e pela parceria que mantivemos no Pré-Vest UEPB. A Arthur Valverde com quem conheci uma Geografia desafiadora e encantadora, um mestre da teoria e da pesquisa, que me auxiliou a trilhar seus caminhos, àquele com quem podemos conversar qualquer assunto, na tranquilidade ou nos momentos de desespero, agradeço por sua injeção de ânimo nos momentos de dispersão e pelas risadas com as conversas do cotidiano.

A Josandra Melo pela competência, comprometimento, respeito e carinho que nos trata no projeto PIBID, a Luiz Arthur pela admiração que o tenho, pelo grande pesquisador que é e por toda a ajuda que me ofereceu em todos os momentos. A Antônio Albuquerque pela atenção que me teve, por sua sensibilidade, competência, orientações e por fazer o melhor na ajuda àqueles que dele precisam. A Luiz Eugênio pelo carinho e amizade que construímos, pelas dúvidas sanadas, pelos elogios, questionamentos para repensar as produções acadêmicas e pela confiança nos eventos que realizamos. A Caline Mendes pelo apoio na produção, pelas correções nos projetos e por todos os auxílios pessoais e profissionais que me prestou.

Aos meus colegas, pelos laços que trilhamos na caminhada, sobretudo a Delânio Marques com quem dividi os trabalhos de campo, Jackson Figueiredo pelas parcerias nas publicações, a João Nailson pelo seu compromisso que me serviu sempre de referência. Não

posso deixar de agradecer ainda aqueles, que entrevistei, na pesquisa de campo, com quem dividi os anseios de vivência na comunidade do Mutirão, a Dona Lizoete que me auxiliou nos caminhos da comunidade, aos órgãos que me receberam e foram atenciosos comigo durante a coleta de dados.

Agradeço ainda aos projetos de pesquisa que participei o PIBID que me possibilitou aprender muito do que sei, ao Pre-Vest, onde iniciei o exercício da docência ainda no segundo período do curso. Ao GEUR que me possibilitou aproximação com leituras importantes sobre o urbano, e a Professora Jackeline Carvalho cuja delicadeza e sabedoria me fizeram perceber o urbano com outras possibilidades. Agradeço aos meus alunos, que acredito tenham me dado a maior contribuição enquanto profissional, pois com eles aprendi muito mais do que ensinei, e encontra-los na universidade foi uma das minhas maiores realizações, agradeço a todos que encontrei, aqueles que conheci e aqueles que sempre permanecerão em minha história. Por fim agradeço a UEPB, cuja qual posso chamar de “minha universidade”, pelo acolhimento que aqui tive pelo orgulho de fazer parte de sua construção de seu crescimento por ter me possibilitado uma formação, pelos financiamentos de extensão e nos eventos, pelo tratamento digno dos funcionários para com os alunos. Aos funcionários da coordenação e do departamento meus mais sinceros agradecimentos.

“As cidades são um conjunto de muitas coisas: de memória, desejos, signos de uma linguagem; as cidades são lugares de trocas como explicam todos os livros de história da economia, mas estas trocas não são somente trocas de mercadorias, são trocas de palavras, desejos, recordações.” (Ítalo Calvino)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de segregação socioespacial da comunidade do Mutirão, situada no Bairro do Serrotão, na cidade de Campina Grande, Paraíba. A história da comunidade tem início com a construção de um conjunto habitacional por dois órgãos do Governo do Estado, a FUNSAT (Fundação Social do Trabalho) e a FAC (Fundação de Apoio Comunitário), que abandonaram posteriormente a obra em virtude de motivações políticas. Diante dessa realidade, o conjunto foi ocupado pela população mesmo sem as condições básicas de moradia, a exemplo dos serviços de água, saneamento básico, transporte e energia elétrica. Nesse contexto, o Mutirão aparece como centro da pesquisa em face do seu processo de “esquecimento” por parte do poder público, que, enquanto agente produtor do espaço urbano, por vezes funciona como mantenedor dos processos de desigualdade advindos da atuação do capital. Dentro desta dinâmica, a questão central da pesquisa está em perceber como o processo de segregação socioespacial na comunidade do Mutirão faz gerar uma produção territorial. A partir dessa questão, a metodologia traçada foi delineada com a utilização do método baseado na Corrente Crítica do Pensamento Geográfico através do materialismo-histórico-dialético. Esta vertente, por sua vez, dialoga com a Corrente Humanista a partir do método fenomenológico numa tentativa de compreensão mais abrangente do objeto de estudo. No tocante aos procedimentos metodológicos, a pesquisa entrevistou moradores da comunidade e fez coleta de dados em órgãos institucionais como a Defesa Civil do município e a SEPLAN (Secretaria de Planejamento), além de observações *in loco* e utilização de imagens de satélite do aplicativo Google Earth para um melhor mapeamento e análise da área estudada. O norteamento deste trabalho seguiu a divisão de seções a partir de uma compreensão geral dos processos de segregação na cidade de Campina Grande, perpassando a construção do Mutirão e sua consolidação enquanto comunidade, além de expor a forma que esta se configura como um território e o modo como as territorialidades se manifestam neste espaço.

Palavras-chave: processos de segregação, comunidade do mutirão, território e territorialidades.

ABSTRACT

This study aims to analyze the process of socio-spatial segregation of Mutirão community, located in the neighborhood of Serrotão in the city of Campina Grande / PB , this begins with the construction of a housing project promoted by agencies of the State Government of Governo do Estado da Paraíba as FUNSAT (Fundação Social do Trabalho) and FAC (Fundação de Apoio Comunitário), which for political reasons, abandoned the construction of the set that was occupied by residents with no minimum subsistence conditions. In this context Mutirão appears as the research center because of its process of "forgetting" by the public power producer as an agent of urban space sometimes acts as the maintainer of inequality processes provided by the rule of capital. Within this dynamic, the central research question is: How does the process of socio-spatial segregation in the Mutirão community does generate a territorial production? From this point the proposed methodology was outlined from the use of Critical Chain - based method of Geographical Thought, through the dialectical historical materialism - sometimes dialoguing with the Humanist current from the phenomenological method, in an attempt to understand more comprehensive study object. Regarding the methodological procedures, the research used interviews with community residents, as well as collecting data on institutional bodies such as Defesa Civil of the Municipality of Campina Grande, and the Secretaria de Planejamento (SEPLAN), moreover, were made in situ observations beyond the use of satellite imagery with Google Earth application to better map and analyze the study area. Thus, the guide of this work followed the division of sections from a general understanding of the processes of segregation in the city of Campina Grande, passing through the construction of Mutirão and its consolidation as a community and exposes how this is configured as a territory and end of territoriality as manifested in this space.

Keywords: Process of Segregation, Community of Mutirão, Territory and Territorialities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema que organiza a ideia de cidade do capital no que concerne ao uso do solo urbano	19
Figura 2: Imagem de Satélite da localização do Mutirão em relação à Área Central da Cidade	28
Figura 3: Divisão ilustrativa das áreas que formam a Comunidade do Mutirão.....	33
Figura 4: Casas conjugadas do Conjunto Original que compreende a Área 1 destacada na Figura 3.....	34
Figura 5: Casas autoconstruídas que correspondem à área 3 da Figura 3.....	34
Figura 6: Casas do Conjunto Habitacional construído pela PMCG, área 4, da Figura 3	35
Figura 7: Localização da Comunidade do Mutirão entre o Presídio e o Lixão.....	36
Figura 8: Localização de alguns elementos conquistados pelos moradores	40
Figura 9: Moradia devastada pela força da água em tragédia ocorrida em 2011	42
Figura 10: Moradores protestam por continuação das buscas do corpo de menino desaparecido em enchente	42
Figura 11: Resgate de vítima de enchente.....	43
Figura 12: Precariedade das ruas no Mutirão com esgoto a céu aberto	48
Figura 13: Sede da Unidade de Polícia Solidária do Mutirão	50
Figura 14: Casa de “alto padrão” localizada no Mutirão	51
Figura 15: Visita do Governador do Estado da Paraíba para assinatura do início das obras de Saneamento Básico no Mutirão.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TRANSFORMAÇÕES URBANAS, POLÍTICAS HABITACIONAIS E PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO	15
1.1 Breve contexto das reformas urbanas de Campina Grande.....	15
1.2 Ocupação Urbana da cidade de Campina Grande	17
2. DE CONJUNTO HABITACIONAL A OCUPAÇÃO IRREGULAR: O CASO DO MUTIRÃO	22
2.1 Ocupações irregulares: abordagens conceituais	22
2.2. O viver/habitar na cidade: questões de moradia em Campina Grande.....	26
2.3. Processo de ocupação do Mutirão: a geração de estereótipos.....	30
3. A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE E AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NO MUTIRÃO.....	38
3.1 Conceituando Comunidade	38
3.1.1 Solidariedade e conquistas sociais: ponto importantes para a constituição de uma comunidade	40
3.2 Conceituando o território	43
3.2.1 Múltiplas Territorialidades na Comunidade do Mutirão	47
3.2.2 O território da violência	49
3.2.3 A segregação em meio à segregação.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICE.....	58

INTRODUÇÃO

As abordagens direcionadas ao campo dos estudos de Geografia Urbana no Brasil ampliam-se com o advento de novas discussões sobre a cidade. Este debate permeia os mais variados temas e abordagens teórico-metodológicas, sobretudo no que diz respeito às implicações do planejamento urbano, da vulnerabilidade social e ambiental que as cidades têm materializado. As cidades têm contado ainda com o crescimento das desigualdades e o aumento dos processos de segregação. Para compreensão do dinamismo do espaço da cidade são necessárias algumas reflexões acerca da multiplicidade de relações socioespaciais.

Cidades de porte médio, que apresentam uma menor efervescência do que a vivenciada nas metrópoles, tem demonstrado problemas até então percebidos apenas no contexto das grandes cidades. O binômio inclusão/exclusão tem obtido grande enfoque ao passo que a cidade cresce e com ela emergem o aprofundamento das desigualdades e a ampliação dos processos de segregação. Esse tipo de discussão incorpora abordagens sobre a problemática da habitação, aglomerados de exclusão, processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização, e questões ligadas à vulnerabilidade socioambiental e à insegurança. Diversas comunidades carentes e precárias nascem do processo de segregação presente nas cidades brasileiras, de onde surge a necessidade de se analisar esses espaços.

A escolha do Mutirão para ser tema central desta pesquisa ocorreu em virtude dessa comunidade passar, desde sua origem, por um intenso processo de segregação socioespacial/socioterritorial, além da permanência de desigualdades sociais e estruturas precárias. O Mutirão reúne uma parte da população carente da cidade, com cerca de 7250 moradores, segundo a Associação de Moradores do local. A comunidade está localizada no Bairro do Serrotão, alça sudoeste da cidade, a cerca de 8km da área central de Campina Grande. Diversas são as problemáticas enfrentadas pelo Mutirão, dentre as quais destacam-se a insegurança e a vulnerabilidade socioambiental geradas pela falta de infraestrutura e de políticas públicas de desenvolvimento social. A comunidade enfrenta o estigma e o preconceito decorrentes de sua localização geográfica, o que gera na população a construção de estereótipos a respeito dos moradores do Mutirão. A comunidade está situada numa área bem afastada da malha urbana da cidade e próxima do presídio Regional do Serrotão e do já desativado Lixão Municipal.

A questão da violência é um dos problemas sociais de maior destaque no Mutirão. A presença de territórios de tráfico de entorpecentes é uma realidade, apesar de, segundo os moradores, essa atividade ter diminuído no último ano em virtude da instalação de uma UPS

(Unidade de Polícia Solidária) pelo governo do Estado. Outro agravante dos problemas sociais verificados na comunidade foi a recente desativação do espaço conhecido por Lixão, local de onde os moradores asseguravam o sustento financeiro de suas famílias. Com o fechamento do espaço, grande parte dos agora ex-catadores não tem garantia de renda. Esses elementos fazem emergir a problemática central do presente trabalho: como o processo de segregação socioespacial na comunidade do Mutirão faz gerar uma produção territorial? Como se deu a ocupação da área hoje conhecida como Mutirão? Quais elementos levam a construção da ideia de comunidade no local estudado? Quais aspectos levam a compreender o Mutirão como um território? Tais questões suscitam os objetivos deste trabalho. É objetivo geral deste estudo analisar o processo de segregação socioespacial da comunidade do Mutirão e como este fez emergir uma produção territorial na mesma. Para atingir esse objetivo é necessário compreender o processo de formação da comunidade do Mutirão, discutir a comunidade como um aglomerado de exclusão, e analisar a construção do sentido de comunidade na localidade, bem como sua constituição enquanto território.

Vale salientar que o local da pesquisa está situado em meio às condições de um perímetro “rurbano”, pois em suas imediações estão presentes elementos tanto da condição urbana quanto rural pela presença de criação de suínos, bovinos e equinos, e as imediações apresentarem processos característicos da ideia clássica de ruralidade, como as plantações de gêneros alimentícios. Contudo, essa discussão, apesar de relevante, aparece como um pano de fundo em meio à temática central do trabalho pesquisa.

Para melhor delineamento no campo de trabalho foram elaboradas algumas hipóteses para as questões levantadas. Dessas, a primeira, que consiste na ideia de que a ocupação da área ocorreu a partir de ocupações dos terrenos ociosos na cidade, foi refutada, considerando que o Mutirão foi inicialmente construído por órgãos do Governo do Estado como conjunto habitacional e só posteriormente foi ocupado e loteado pelos moradores de forma não autorizada. A segunda hipótese fundamenta-se em pensar a geração de um processo de segregação espacial causado pelos agentes produtores do espaço urbano a partir de uma hipervalorização das áreas centrais que criam espaços vazios e sofrem especulação. É desse cenário que nascem os “aglomerados de exclusão”, geralmente localizados em áreas de ocupações irregulares, criando cenários de vulnerabilidade social e ambiental. Essa hipótese foi validada durante a pesquisa de campo. Já a terceira hipótese, também validada, está baseada em perceber a comunidade do Mutirão enquanto território, compreendida em uma perspectiva integradora, porque apresenta elementos fundamentais como as relações de poder,

dadas a partir da apropriação do espaço, e criando inter-relações do ponto de vista político, econômico, cultural e ambiental.

No tocante aos procedimentos metodológicos, foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica que direcionou o desenvolvimento da pesquisa para a utilização do método materialismo-histórico-dialético, fundamentado na corrente da Geografia Crítica do Pensamento Geográfico. Contudo, em alguns momentos, sobretudo na parte final, foi preciso lançar mão do diálogo com a Corrente Humanista do pensamento geográfico para uma compreensão do sentido de comunidade expresso pelos moradores da área em questão. Foram realizadas visitas *in loco* para melhor compreensão do objeto de estudo e coletados dados em órgãos institucionais como a SEPLAN (Secretaria de Planejamento da Cidade de Campina Grande), onde foram obtidos dados sobre a construção dos conjuntos habitacionais presentes na comunidade. A Defesa Civil do Município de Campina Grande repassou dados relacionados à enchente ocorrida em julho de 2011 que afetou 244 famílias. A Associação dos Moradores do Mutirão auxiliou no trabalho de campo e forneceu os dados relacionados à população moradora do local.

De base qualitativa, esta pesquisa utilizou imagens de satélite a partir dos aplicativos *Google Earth* e *Google Maps* para melhor compreensão da organização territorial do espaço estudado, realizou entrevistas e ouviu cerca de quatorze moradores escolhidos por indicação de pessoas da própria comunidade. Dentre os ouvidos estão antigos moradores, representantes de instituições ligados às lutas sociais da comunidade e vítimas da última enchente que afetou o Mutirão. As entrevistas realizadas foram organizadas de maneira semi-estruturada com um roteiro de questões presentes no Apêndice 01 deste trabalho. As indagações versaram sobre a formação e constituição da comunidade, os motivos que levaram à moradia no local, tempo em que se reside na área, características da comunidade e relação com o espaço de vivência.

As discussões apresentadas neste trabalho foram divididas por sessões. O estudo começa com uma breve contextualização das transformações urbanas ocorridas na cidade de Campina Grande e dos seus processos de segregação para, em seguida, discutir as abordagens teóricas conceituais pertinentes aos conceitos de áreas de ocupações irregulares, aglomerados subnormais e aglomerados de exclusão, e, por fim, debater a formação do Mutirão em meio a esses contextos, como se constitui, as manifestações das inter-relações territoriais tanto em relação à cidade quanto no que concerne às produções de “nanoterritórios” em seus entremeios, originando diversas territorialidades.



“Pobres e ricos, que moravam em habitações consideradas insalubres ou antiestéticas, foram deslocados para áreas, bairros ou subúrbios afastados, liberando o centro para as atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios.”

Fabio Gutemberg Sousa (2003)

1. TRANSFORMAÇÕES URBANAS, POLÍTICAS HABITACIONAIS E PROCESSOS DE SEGREGAÇÃO

1.1 Breve contexto das reformas urbanas de Campina Grande

Pensar os processos de segregação socioespacial a partir da Geografia Urbana é uma tarefa que demanda discussão inicial sobre as transformações urbanas da cidade de Campina Grande tomando como marco a grande reforma realizada pelo prefeito Vergniaud Wanderley, de acordo com Souza (2003).

Em Campina Grande, o arquiteto e urbanista Nestor Figueiredo teve papel importante para a proliferação dessa perspectiva reformista à medida que sua passagem pela cidade exalta o potencial campinense de obter um planejamento urbano alcançado pelas grandes cidades brasileiras (SOUSA, 2003). Sousa (2003) demonstra o contexto da época responsável por proporcionar os movimentos de reformas urbanas e a propagação dos discursos das elites letradas que visavam higienizar a área central, provocando um processo de exclusão daqueles que habitavam essas áreas.

Tanto nas metrópoles europeias quanto nas cidades brasileiras, a ideia de higienizar buscava retirar das áreas centrais as moradias precárias, os becos (que eram tidos como berços para proliferação de doenças), resultando na saída dos moradores das áreas centrais e na construção de residências em áreas mais afastadas do centro.

Sem exceção, seja no Brasil ou em cidades europeias, o saneamento de ruas e áreas centrais e o abastecimento de água significaram, em grande parte, o fim ou a diminuição das costumeiras epidemias, a transformação arquitetônica das áreas centrais e a reordenação dos espaços e territórios. Porém, junto com estas conquistas burguesas modernas, pobres e ricos, que moravam em habitações consideradas insalubres ou antiestéticas, foram deslocados para áreas, bairros ou subúrbios afastados, liberando o centro para as atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios. Nos novos lugares reorganizados com esse processo de desterritorialidade, constituíram-se hierarquias e segregações sociais e espaciais de novo tipo e, em alguns casos, mais marcantes do que as conhecidas até então (SOUSA, 2003, p. 64).

A análise desse autor evidencia o processo de segregação socioespacial da cidade de Campina Grande, onde a área central passava a ser destinada para fins da especulação do capital, instaurando a comercialização de produtos no setor. Para tanto, se fazia necessário manter um ordenamento da área central para consumo e lazer das elites locais.

Em princípios da década de 1930, o poder público local, por meio de decreto, expressava a realização de obras propostas pelas elites letradas, como a apresentação do reordenamento de algumas ruas e a retirada das casas de meretrício da área central. Com isso,

mais tarde fora iniciada a reforma urbana conhecida pelo movimento “Bota Abaixo” (SOUSA, 2003, p.67).

Em outubro de 1935, Vergniaud Wanderley é empossado como prefeito de Campina Grande. Apesar de ser natural da cidade, ele passou grande parte de sua vida no centro-sul brasileiro e, por esse motivo, trazia consigo a influência arquitetônica daquela região. Nesse contexto, Wanderley, envolvido pelo discurso da modernidade, dedica-se a promulgar elementos de transformação da cidade dando partida ao processo de “Bota Abaixo” na área central (SOUSA, op. cit.).

A intensidade da reforma urbana de Vergniaud Wanderley, que procurou trazer a modernização para Campina Grande, provocou profundas transformações na cidade que viu nascer novos padrões de regulação e ordenamento urbano com a abertura de avenidas, alargamentos das ruas e uma reformulação no padrão de construção das edificações.

Do período pós-Vergniaud até o golpe de 1964, Campina Grande seguiu um projeto desenvolvimentista voltado para a instalação industrial, criando órgãos que assegurassem o processo de instalação das indústrias, conforme elenca Porto (2007). Nesse período, o dimensionamento urbano da cidade alcançou a marca de 10,9km², 21.640 edificações e 124.582 habitantes, de acordo com Porto (2007). No entanto, no período posterior ao governo militar no Brasil, em virtude de disputas políticas entre os partidos desenvolvimentistas da cidade e os partidos de apoio ao golpe militar, a cidade de Campina Grande passou por um período de estagnação e só conseguiu retomar o seu crescimento por volta dos anos 1980.

De acordo com Carvalho (2008), o período que perpassa as transformações urbanas de Campina Grande da década de 1970 até os anos 2005 denota a presença de “novos discursos e velhos problemas”, o que implica em novas caracterizações discursivas a respeito dos problemas urbanos que não foram resolvidos. Nesse período, o processo de crescimento da cidade é pautado no discurso desenvolvimentista, no entanto, permanecem problemas como o da segregação socioespacial.

Nesse contexto, é preciso compreender o processo de segregação socioespacial, uma vez que, de acordo com Sogame (2001, p. 97),

a segregação socioespacial, assim como a cidade moderna, é uma forma historicamente determinada e, portanto, pode ser interpretada e suprimida. A emergência da segregação socioespacial pode ser mais bem entendida se, mediante a realidade das formas atuais de ordenação territorial, podemos compreender a sua “gênese”, o caminho de seu processo de manifestações.

Assim sendo, não se pode compreender os processos de segregação de maneira isolada, mas historicamente constituídas a partir de interesses e lógicas ligadas diretamente

aos agentes produtores do espaço urbano. Entretanto, não se pode definir que os espaços segregados sejam compreendidos como um todo homogêneo porque possuem similaridade, uma vez que cada espaço produzido é dotado de especificidades que os singularizam.

Em Campina Grande esse processo de segregação produzido historicamente está materializado de diversas formas. Contudo, o presente estudo foca especificamente o problema ligado à moradia que, envolvido pelos processos de segregação, suscitam questões relacionadas ao sentido de habitação na cidade: quem a ocupa? Onde? E como?

Essas questões são matrizes geradoras de problemas urbanos cada vez mais intensos e que vão da qualidade da habitação até os serviços básicos para subsistência das famílias que passam a viver em áreas precárias da cidade. Percebe-se, nesse contexto, que as reformas urbanas ocorridas na cidade acabaram por desencadear processos de segregação socioespacial tendo em vista que a intenção foi a de higienizar e ordenar a cidade, o que provocou a ocupação de áreas sem condições básicas de moradia na cidade.

1.2 Ocupação Urbana da cidade de Campina Grande

Várias são as questões que permeiam o debate sobre a ocupação do espaço urbano no Brasil. Para entender esse processo é preciso refletir sobre o que é espaço urbano. Para alguns autores, o espaço urbano só coexiste na ideia de contraposição ao espaço agrário, deixando de perceber como esses espaços podem estar inter-relacionados.

Pensar o espaço urbano remete a ideia de Correa (1993, p.7), quando esse autor percebe o mesmo como sendo “simultaneamente fragmentado e articulado” mantendo-se com articulações entre seus diversos agentes e proporcionando o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias entre as áreas residenciais e de trabalho. Esse emaranhado de relações é o que denota o espírito do espaço urbano, com fluxo que se direciona a uma teia de relações evidenciadas pelo cotidiano das cidades, através das diversas relações, sejam elas de trabalho ou apenas do “viver”. A cidade, em suas múltiplas formas, gera formas simbólicas de lutas e conflitos que se materializam no espaço.

Nessa rede de relações, a cidade apresenta diversos agentes que produzem e (re)produzem o espaço urbano, provocando sua articulação e fragmentação, gerando espaços valorizados e espaço excludentes. Esses agentes se manifestam, segundo Correa (1993), na condição de proprietários dos meios de produção (grandes industriais e empresários), promotores imobiliários, proprietários fundiários, dos grupos sociais excluídos e também através do Estado. Cada um, a sua maneira, provoca múltiplas transformações no espaço

urbano. Dessa forma, é impossível pensar o espaço urbano desconsiderando a atuação desses agentes. Para este estudo, porém, os agentes evidenciados serão o Estado, através das suas políticas de atuação, e os grupos sociais excluídos. Aparentemente passivos diante das ações políticas dos demais agentes, estes grupos, de acordo com Santos (2000, p. 115), atuam na transformação do espaço através da resistência ou contra-racionalidades que se configuram como um modo de ir de encontro aos mandos e desmandos dos demais agentes sobre o espaço urbano, lutando, ainda que de maneira não organizada, pelo direito ao espaço na cidade.

Milton Santos, em “A Urbanização Brasileira”, fala a respeito do crescimento desordenado das cidades. Para ele, com o problema do crescimento das cidades e consequente aparecimento de suas “mazelas”, maiores serão as evidências de seus problemas. No Brasil, cerca de 84,4% da população brasileira passou a viver nas cidades durante o decorrer das últimas décadas (ATLAS DEMOGRÁFICO DO IBGE, 2010).

Diversos problemas surgem da falta de preparo das cidades para receber uma grande demanda populacional. Já os agentes produtores do espaço urbano atuam, por sua vez, de forma a agravar essa situação, tornando o espaço urbano cada vez mais segregado e imbricado de forças desiguais nos direitos e usos do espaço.

Não se deve pensar a cidade como um espaço que deveria ser homogêneo, estrutural e engessado. Mesmo em meio às suas diferenças, a cidade deve oferecer condições de dignidade de existência àqueles que a habitam, ao invés de apenas condições de subsistência precária aos sujeitos.

Uma gama de elementos evidencia a cidade incorporada pelos agentes produtores do espaço. Santos (1992) aponta a urbanização corporativa como um elemento fundamental para o crescimento das desigualdades na cidade à medida que esta passa a ser especulada pelos agentes de produção e reprodução do espaço urbano, gerando problemas de acesso ao solo urbano. Essa situação é verificada na imagem abaixo:

Figura 1: Esquema que organiza a ideia de cidade do capital no que concerne ao uso do solo urbano



Fonte: Zenis Freire, 2012

A Figura 1 é um esquema ilustrativo elaborado a partir dos estudos feitos por Santos (1992), Correa (1993) e Haesbaert (1995) onde se evidenciam elementos referentes à problemática gerada pela especulação do capital no espaço urbano. O que se verifica a partir do gráfico é que o capital corporativo na cidade torna o capitalismo um agente dos meios de produção responsável pela especulação imobiliária a partir de ocupação do solo urbano cada vez mais valorizado.

O uso do solo como mercadoria especulativa cria espaços vazios e, aliado à falta de políticas efetivas de ocupação do solo urbano, gera o déficit habitacional, restando, portanto, àqueles que não têm condições de morar nos espaços valorizados a ocupação de áreas irregulares chamadas, conforme Haesbaert (1995), de aglomerados de exclusão. Esse processo, no entanto, não é linear e tampouco uniforme porque se manifesta como um ciclo à medida que esses aglomerados também contribuem para o nascimento da cidade corporativa. Ainda que de forma precária, os aglomerados de exclusão produzem uma cidade voltada para o capital e para o agravamento das desigualdades socioeconômicas, culturais, políticas e ambientais.

Não se pode esquecer que esses elementos são fomentados pelo Estado que age de forma ambivalente. Ao tempo que deveria propagar uma regulação entre as classes na tentativa de diminuir as desigualdades sociais, o Estado sustenta os agentes especulativos e os financia, deixando de lado a tarefa de proporcionar as condições para minimizar os impactos sofridos por aqueles que subsistem na cidade com baixo poder aquisitivo.

Diante dessas questões, Campina Grande, enquanto cidade média, tem ampliado seu crescimento nos últimos anos, o que tem feito emergir processos de desigualdades com relação aos direitos de uso do solo urbano, produzindo segregação e contrastes cada vez mais intensos. Nesse contexto, ampliam-se o número de áreas de ocupações irregulares e aglomerados subnormais, o que provoca o acirramento das produções territoriais no espaço da cidade e forma o que Haesbaert (2004) denomina de “territórios zona”. Nesses espaços são geradas desigualdades que se sobrepõem a materialidade espacial, além de provocar a criação de diversos estereótipos, como percebido na comunidade do Mutirão. No entanto, antes da contextualização de como esses elementos estão presentes no espaço dessa comunidade, é importante destacar como se configuram as áreas de ocupação irregular na cidade e as abordagens teórico-conceituais que focalizam o debate sobre essas áreas.



“A exclusão territorial reforça a desigualdade em nível social e de renda, pois a população que vive a parte da “cidade legal”, não tem acessibilidade aos serviços urbanos de infra-estrutura, equipamentos sociais e da dimensão sociocultural, econômica e de saúde e educação.”.

Ermínia Maricato(2001)

2. DE CONJUNTO HABITACIONAL A OCUPAÇÃO IRREGULAR: O CASO DO MUTIRÃO

2.1 Ocupações irregulares: abordagens conceituais

Com o adensamento das cidades e a intensa ocupação do espaço urbano, a problemática em torno das áreas de ocupação irregular tem aumentado.

O uso do solo urbano tem sido ocupado das mais variadas formas e as áreas de especulação irregular apresentam um número cada vez maior de moradores. De acordo com dados do IBGE 2000, havia cerca de 14 aglomerados subnormais na cidade de Campina Grande, o que em 2010, já passavam a 18 aglomerados, com uma população residente distribuída em cerca de 29.039 domicílios.

Maia (2010)¹ fornece a seguinte explicação sobre o contexto das áreas de ocupação irregular:

[...] distingue formações de habitações irregulares pelo processo de formação, “espontâneo” ou “ocupações”. As favelas são produzidas a partir da ação individual, em que as famílias vão aos poucos construindo as suas residências, em áreas públicas ou privadas através da ocupação irregular de terras. Já as ocupações propriamente ditas, se dão a partir de uma decisão coletiva, com planejamento da ação e de forma conjunta e também se dão em áreas públicas ou privadas. Todavia, tanto as favelas quanto as ocupações, são caracterizadas pela não propriedade da terra, portanto pela irregularidade fundiária e pela maneira como a habitação é construída, a autoconstrução.

A partir dessa discussão acerca das ocupações irregulares, emergem questionamentos como: onde moram os populares em Campina Grande? A que tipo de habitação e moradia tem acesso? Quais áreas são ocupadas? É diante desses questionamentos que se faz necessário discutir o que de fato são áreas de ocupação irregular e como se configuram, além de conceituar aglomerados subnormais e “aglomerados de exclusão”.

Para conceituar as áreas denominadas de ocupações irregulares é imprescindível se apropriar da Lei Nº 6.766/79, que dispõe do Parcelamento do Solo Urbano e das outras providências. No período de promulgação dessa lei, segundo o IBGE (2010), pouco mais de 60% da população brasileira habitava as cidades. Hoje, esse número alcançou a marca de 84,4%. Esse considerável acréscimo de habitantes é o responsável pelo descompasso entre o

¹ Todas as citações que aparecem sem paginação foram retiradas de revistas eletrônicas ou documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e encontram-se sem paginação.

crescimento populacional nas cidades e os processos de regulação do solo urbano, agravando a problemática da organização do espaço no tocante à habitação.

A legislação do Parcelamento de Solo Urbano tem hoje os mesmos moldes da época de sua constituição, o que faz pensar no conceito de ocupação irregular enquanto um elemento imbricado de discursos mercadológicos que orientam a regularização do solo urbano. Segundo a Lei de Parcelamento de Solo Urbano, em seu Artigo 2º,

o parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes. § 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

Essa definição que orienta a discussão em relação à Lei tem como objetivo orientar as delimitações das glebas de terra a serem distribuídas na cidade, seja por meio de loteamento ou desmembramento, que são elencadas de acordo com as ZHIS (Zonas Habitacionais de Interesse Social). Para o loteamento e/ou parcelamento dessas áreas, é levado em consideração uma infraestrutura básica.

§ 5º A infraestrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. § 6º A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, I - vias de circulação; II - escoamento das águas pluviais; III - rede para o abastecimento de água potável; IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar (LEI Nº 6.766, 1979).

É possível perceber nesse trecho da Lei que estão contidas as delimitações estruturais responsáveis por reger as áreas de interesse social de habitação e que constitui os preceitos básicos de moradia. Em seguida, são elencadas as proibições no tocante à construção de habitações.

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo: I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção (Lei Nº 6.766, 1979).

Apesar da legislação, a realidade urbana apresenta um verdadeiro descompasso entre o que a Lei de Parcelamento Urbano determina e as formas e proporções que a cidade toma.

Diante disso, percebe-se, primeiro, que grande parte das áreas ocupadas não obedeça aos direcionamentos da Lei em virtude de muitas delas terem sido ocupadas numa época anterior à formulação da legislação, e, segundo, que, mesmo após a formulação legislativa, áreas irregulares são ocupadas, contrariando as condições legais vigentes. Algumas dessas áreas que historicamente foram ocupadas pelas classes menos favorecidas, hoje são destinadas a construção de condomínios residenciais de luxo.

A materialização desses elementos é um aspecto visível em Campina Grande. Em diversas áreas da cidade, o Estado atua como agente produtor do espaço urbano na medida em que fomenta e legaliza construções que não se enquadrariam na classificação de regular, segundo a Lei de Parcelamento de Solo Urbano. Acrescenta-se a essa conjuntura críticas decorrentes de regulamentação elaborada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), que classifica áreas de ocupações irregulares como “aglomerados urbanos”, conforme a seguinte definição:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010).

A partir de uma análise interdisciplinar é fundamental traçar algumas reflexões sobre o conceito de “aglomerados urbanos”. A primeira delas compreende discutir o que se pode considerar “normal” neste contexto. Sobretudo em um período social no qual há uma eclosão de manifestações diferenciadas, onde a política do diferente emerge e há uma ampliação dos estudos culturais.

Para a classificação das moradias no Brasil é necessário pensar o país como múltiplo do ponto de vista cultural, sobretudo na abordagem sobre a construção de suas moradias. São habitações que se configuram como lares e proporcionam o viver/habitar na cidade e estão imbricadas de valores subjetivos e simbólicos. Dessa maneira, pensar a questão das moradias a partir do sentido de “normal” e “subnormal” é questionável, uma vez que essa

caracterização se apóia no efeito simbólico da linguagem, o que redundará na geração de estereótipos.

Esse item, que às vezes passa despercebido no contexto das discussões, é um elemento essencial do poder, como aponta Raffestin (1993). Para esse autor, não só a linguagem, mas a própria linguística é apontada como instrumentos de poder. Isso ocorre pela carga simbólica que carregam, na qual estão implícitos vários discursos que fomentam a desigualdade e o preconceito.

Diante dessas questões, este trabalho optou por discutir “aglomerados de exclusão” de acordo com posicionamento teórico-metodológico de Haesbaert (1995, p. 193), que conceitua esse termo da seguinte forma:

Aglomerados de exclusão seriam marcados então pela desterritorialização extrema, uma certa fluidez marcada pela instabilidade e a insegurança constantes, principalmente em termos de condições materiais de sobrevivência, pela violência frequente e pela mobilidade destruidora de identidades. Tratam-se, em síntese, de espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menos controle e segurança, material e simbólica.

Ao contextualizar o conceito de aglomerados de exclusão, Haesbaert (2004, p.313) diz que a expressão “aglomerados de exclusão” é utilizada para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos mais extremos de exclusão social porque ela parece expressar bem a condição de ‘desterritorialização’ ou de ‘territorialidade precária’”. Para uma melhor compreensão da amplitude dessa discussão é imprescindível atentar para o que o autor define como aglomerado.

O termo “aglomerado” serve assim tanto para definir “conjunto, agrupamento” em geral – de onde provêm concepções como a de “aglomeração humana” ou “urbana”, quanto para significar “amontoamento” um tipo de agrupamento em que os elementos estão “ajuntados confusamente”. Esta é, aproximadamente, a noção aqui proposta para aglomerados de exclusão, espécie de “amontoados humanos”, instáveis inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão” (HAESBAERT op.cit. p.314).

Esse conceito traz à tona a necessidade de discutir as áreas de ocupações irregulares, pois compreende, num primeiro momento, questões relacionadas a um processo de segregação socioespacial/socioterritorial, onde aqueles que têm maior poder aquisitivo acabam por “escolher” as áreas de habitação mais favoráveis e deixam, para as classes menos abastadas, áreas impróprias para moradia e com um gama de riscos sociais e/ou ambientais, como é o caso de áreas de encostas, planícies de alagamento, espaços próximos a rios e riachos, e sem esgotamento sanitário.

As atuações provocam um cenário de vulnerabilidade, motivando o desencadeamento de tragédias. Atualmente, mesmo com diferentes amplitudes, as tragédias produzem diversos prejuízos àqueles que habitam a cidade.

As consequências são geradas em momentos históricos diferentes e se encontram presentes e intrinsecamente conectados, em aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais. Nesse contexto, é preciso pensar essas esferas de maneira articulada e interdependentes. Este pensamento integrado deve correlacionar as amplitudes das discussões de forma intercalada, mas não sinônima. Dessa maneira, os processos de segregação socioespacial podem gerar aglomerados de exclusão. Contudo, para este estudo, segregação e aglomerado de exclusão não são discutidos enquanto sinônimos, mas sim enquanto partes integradas de um mesmo processo onde um desencadeia o outro mutuamente. Essas relações são melhor compreendidas correlacionando as questões de moradia na cidade às relações existentes nas comunidades.

2.2. O viver/habitar na cidade: questões de moradia em Campina Grande

Não se pode discutir a problemática relacionada às questões do viver e/ou habitar na cidade sem inicialmente contextualizar uma questão fundamental no espaço urbano, a moradia. Para abordar esses pontos é preciso retomar o que Corrêa (1993) fala a respeito dos agentes produtores do espaço urbano, focalizando a questão da moradia e tomando o Estado enquanto regulador da população de maior precariedade social.

Para Corrêa (1993, p.23), a habitação “é um destes bens cujo acesso é seletivo [...] este é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, não ocorre isoladamente: e estas estão correlatos à subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, do desemprego ou o subemprego”. Esses fatores são perceptíveis no tocante à habitação no Brasil e levam em consideração elementos que remetem a perspectivas excludentes, segundo aponta Guimarães (et. al, 2005, p. 279):

Várias determinantes que podem ser consideradas como fatores excludentes, tais como: localização – geralmente distante dos centros urbanos ou vazios urbanos, em áreas inadequadas para o desenvolvimento urbano racional; - tamanho e qualidade das habitações – pequenas, construídas com material de baixa qualidade na maioria das vezes; - infra-estrutura - inexistente ou de qualidade precária.

É válido salientar que ao abordar esse contexto, o autor volta seu pensamento para a construção de habitações com financiamentos do governo. Porém, este é um problema que se aplica aos conjuntos habitacionais populares doados pelo governo a população carente

desprovida de moradia na cidade. Essas construções nos espaços afastados e sem infraestrutura adequada engendram processos permanentes de segregação que são validados por políticas públicas que mantêm o Estado não só como agente produtor das desigualdades no espaço urbano como também mantenedor dessas diferenças.

O período atual suscita reflexões sobre o viver nas cidades. Nesse contexto, incluem-se os desafios sobre os processos de segregação, o aumento do discurso do medo e da violência, as questões de mobilidade urbana e as questões ambientais, e o aumento da poluição da vulnerabilidade social.

A política de habitação em Campina Grande tem se ampliado com a construção de conjuntos habitacionais populares e a criação de condomínios residenciais direcionados às classes sociais mais abastadas da sociedade, mostrando a face da fragmentação da cidade, conforme apontam os estudos realizados por Maia (2010):

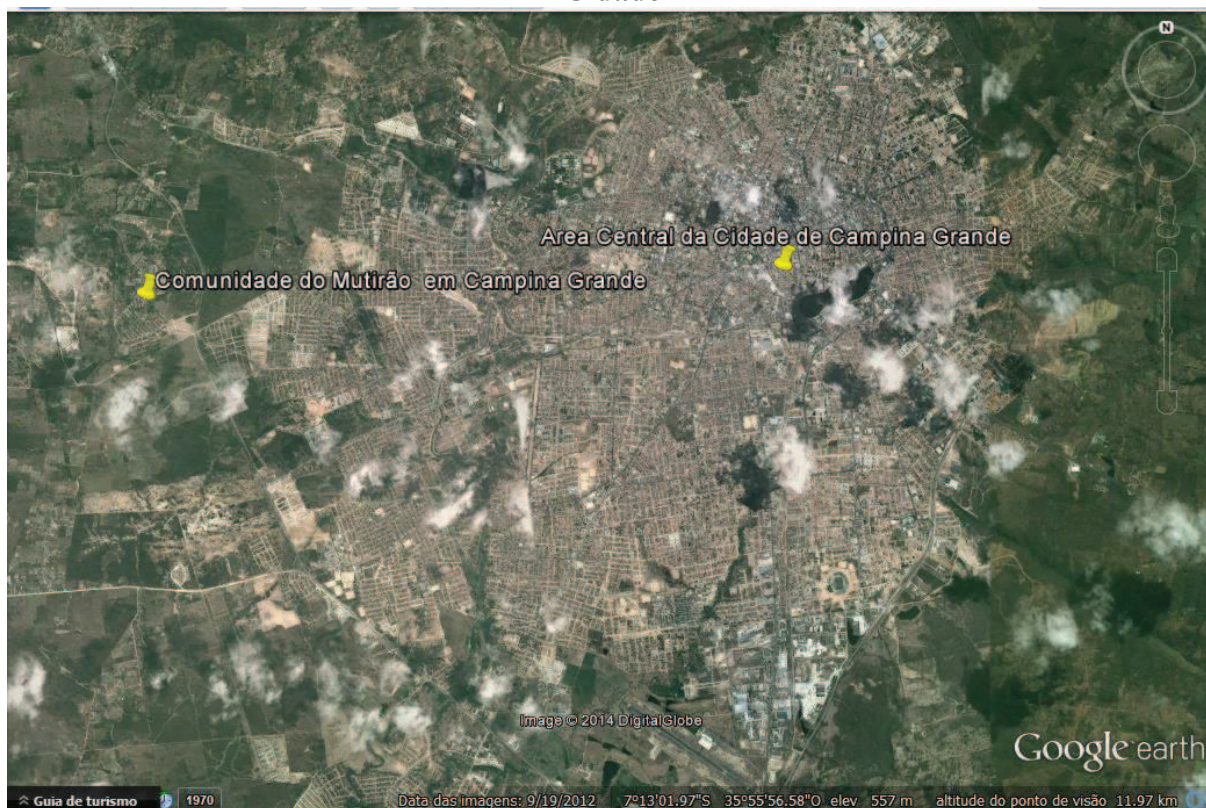
[...] ação dos incorporadores imobiliários que constroem os loteamentos fechados alimentada pela concentração de renda e a constituição de uma camada da população de maiores rendimentos que optam por viver em áreas afastadas e separadas do restante da cidade aguçando a fragmentação da cidade. Esta forma de habitar caracteriza-se por apresentar exclusividade social, sistemas de segurança, qualidade ambiental, funcionalidade e autonomia administrativa. Muito embora muitas dessas características pudessem já ser encontradas nos loteamentos abertos, há nestes um elemento fundamental que o demarca, separando-o do restante da cidade: o muro.

Este muro, evidenciado pela autora, denota uma cidade fragmentada que parte, sobretudo, da geração de estereótipos, produzindo no espaço urbano diversas formas territoriais. Hoje, em Campina Grande, existem verdadeiros muros que, mesmo invisíveis, expressam esse processo de segregação, sobretudo residencial. Os estereótipos produzem resistências.

Menos segregação residencial tende a significar maiores chances de integração entre grupos sociais diferentes, e maior integração tende a facilitar enormemente a demolição de preconceitos. Teme-se e odeia-se muito mais facilmente aqueles que, no fundo, não se conhece, embora se pense conhece; é mais difícil ou menos provável questionar o estatuto de humanidade daqueles que são diferentes e deixar de reconhecer as semelhanças entre “nós” e “eles” quando há mais conveniência. A conveniência favorece a tolerância; a segregação realimenta a intolerância (SOUZA, 2003, p. 83).

Portanto, é indispensável quebrar os estereótipos gerados pelo preconceito advindo da área de moradia, originando respeito e equidade de direitos por todos aqueles que habitam a cidade. No Mutirão, o agravamento desses estereótipos se dá em virtude da localização geográfica e pelos símbolos de segregação existentes na localidade. O primeiro aspecto a ser analisado é apresentado na figura abaixo.

Figura 2: Imagem de Satélite da localização do Mutirão em relação à Área Central da Cidade



Fonte: Google Earth, Adaptado por Zenis Freire 20/03/2012.

A imagem demonstra a distância que a malha urbana se encontra da comunidade do Mutirão, com destaque para o centro da cidade (em torno de 8 km), onde as relações são mais intensas do ponto de vista comercial, denotando um processo de “exclusão territorial”. Essa situação, para Maricato (2001, p. 36), “[...] reforça a desigualdade em nível social e de renda, pois a população que vive a parte da “cidade legal”. não tem acessibilidade aos serviços urbanos de infraestrutura, equipamentos sociais e da dimensão sociocultural, econômica e de saúde e educação.”. Este processo que segrega e (re)parte a cidade reforça os muros mencionados por Souza e Maia, que dizem que os processos de ocupação do solo ocorrem de maneira desigual.

O espaço da cidade não carece ser um todo homogêneo, todavia é necessário fazer com que haja principalmente uma igualdade de direitos sobre os serviços básicos de subsistência para àqueles que não só habitam a cidade como também a experienciam, vivem e projetam sobre ela suas memórias, sonhos e desejos de condições mais dignas de vida.

Pensar nessa dinâmica é algo complexo primordialmente quando a inclusão/exclusão caminham juntas e articuladas, de acordo com o que mostra Sawaia (2001, p.9):

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciada de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. Em síntese, a exclusão é um processo complexo e multifacetado, com configuração de dimensões materiais, políticas, relacionadas e subjetivas. É o processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

Nesse contexto, não se pode afirmar que os processos de inclusão/exclusão sejam utilizados de forma desarticulada, no entanto, esta dinâmica de discussão é merecedora de um maior aprofundamento, uma vez que interliga novas dinâmicas. Para tanto, é imprescindível descrever inclusão e exclusão.

No dicionário de Aurélio da Língua Portuguesa, a exclusão aparece como um ato de excluir, e este, por sua vez, é definido como “3. Por fora, expulsar retirar; 4. Privar, despojar”. Sobre inclusão, o estar incluído significa fazer parte, inserir-se. A partir dessas definições, a dinâmica inclusão/exclusão compreende um campo amplo de discussão, sobretudo no que remete às contradições vivenciadas na cidade.

Para Martins (2007) a dinâmica inclusão/exclusão compreende um novo elemento a inclusão precária. Afirmando, por conseguinte que os processos de exclusão social são dimensionados apenas iguais ao sentido de pobreza. No entanto, a exclusão concerne um sentido muito mais amplo, que para Martins (2007), vai se configurar como uma nova pobreza ou uma “nova desigualdade social”.

Para o autor o que se tem no contexto da sociedade atual compreende uma inclusão precária, ligada à inserção de maneira deficitária, daqueles que estão menos abastados na sociedade, ou seja, estes por sua vez não estariam de excluídos da sociedade, mas sim inclusos de acordo com os interesses necessários a produção e (re)produção capitalista direcionados para uma sociedade de consumo que atende interesses mercadológicos.

É importante pensar a exclusão para além da pobreza, analisando esta situação de maneira mais intensa, pois, para Haesbaert (2004, p. 315), “não há uma completa exclusão e/ou privação territorial, não se tratando de uma “exclusão socioespacial”, mas sim de uma exclusão territorial”. Segundo Martins (2007, p.14),

[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. As

reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam.

Ainda sobre a questão da exclusão, Castel (1998 apud HAESBAERT, 2004, p.318) trata de pontos importantes da ideia que se relaciona a esta dinâmica:

A exclusão não é uma ausência de relação, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigo trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, malcuidadas, mal consideradas etc. [...].

A partir dos elementos abordados acima, percebe-se que o que existe na comunidade do Mutirão são inter-relações da dinâmica de inclusão/exclusão. Esta dinâmica persiste na cidade de forma precária, parcialmente beneficiada por políticas de minimização dos problemas sociais que atendem, na maioria dos casos, a interesses políticos. É preciso compreender esta dinâmica de maneira inter-relacionada porque, carregada de interesses, produz em um aglomerado de exclusão, processos de desigualdade intensa com forte precarização de cunho econômico, políticos, cultural e ambiental.

2.3. Processo de ocupação do Mutirão: a geração de estereótipos

Em meio ao crescimento urbano da cidade de Campina Grande, emergem na década de 1980 aglomerações sem infra-estrutura adequada para as moradias. É no governo de Wilson Braga que surge a proposta de criação de conjuntos habitacionais nos municípios de Campina Grande, Patos e Guarabira². Nesse contexto, dá-se o aparecimento da comunidade do Mutirão, localizada próxima a BR-230, estrada que interliga Campina Grande ao Sertão do Estado.

Com base em suas memórias, o Sr. G. S., morador do Mutirão desde o início de sua construção, em 1985, aponta algumas questões importantes para a compreensão da comunidade em seu processo de segregação. De acordo com ele, a empresa Nordeste Odebrecht foi a responsável pelo início da construção do conjunto habitacional que tempos depois daria origem ao Mutirão.

² A ideia de construção do conjunto em Mutirão se configurava em uma parceria do Estado com os beneficiados, o primeiro cedendo os materiais de construção e as famílias com a mão de obra.

Eu entrei aqui em 85 para serviço de terraplanagem fazer preparação do terreno, fazer loteamento é... Posteação da eletricidade, né, rede de esgoto que inclusive não foi usada nem esta usando... De 85 a construtora era Nordeste Odebrecht que fez todo serviço, em 85, pegando o início de 86, aí entrou a FUNSAT que hoje é administrada pelo estado entrou aqui em Fevereiro, na época veio o governador Wilson Braga, pra assinar a construção das casas e a construção do presídio regional ele veio com a esposa dele Lucia Braga e ela liberou a construção das casas em 86, fevereiro de 86. Aí as casa começo a construção das casa, umas casa que era as casa tudo casa solta e com umas porta boa, porta veneziana. Era o projeto de Guarabira, esse projeto de Guarabira era casa tudo conjugada aí quando chegaram aqui engavetaram o projeto do Serrotão, engavetaram e pegaram o projeto de Guarabira e construíram aqui em Campina Grande, essas casas conjugadas, foi o que fizeram aqui em 86, 153 casa foi construída aqui, quando foi em outubro entregaram essas casa é... Não terminada é incompleta as casa sem piso, sem porta, até sem telhado.

O projeto inicial do Mutirão previa a construção de 153 casas, sob a responsabilidade da FUNSAT (Fundação Social do Trabalho) e da FAC (Fundação de Apoio Comunitário). No entanto, motivados por mudança na gestão do Estado, esses órgãos abandonaram as obras, deixando-as inacabadas e sem os recursos básicos para instalação de água, luz e esgotamento sanitário. Com isso, as famílias ocuparam as casas antes do término de sua construção e passaram a habitá-las em condições precárias, muitas residências até mesmo sem telhado e portas. De acordo com o Sr. G. S., os ocupantes tiveram de providenciar a conclusão das casas. Diz o antigo morador:

Quem quisesse suas casas que cubrisse, suas casa que faltava cobrir colocasse as portas, paga pelos próprios moradores, porque num deu tempo por causa da própria política que na época Wilson Braga tinha que deixar o governo já em janeiro, pra entrar o governo que ganhasse, que ele esperava que era o do lado dele, o Mutirão era outro se ele Marconde Gadelha, era o candidato de Wilson Braga e aquele Antonio Muniz era contra, pelo azar dele e da gente do Mutirão também que, que Antonio Muniz foi quem ganhou, Antonio Muniz não minto eu, era Sebastião de Miranda Buriti, foi o governo que ganhou, Marconde Gadelha Perde, então todo equipamento, é material elétrico e de banheiro que tinha aqui dentro pra colocar nas casa foi levado a FUNSAT recolheu tudo. O dia da eleição foi 15 de Novembro, nesse tempo a eleição era 15 de novembro né ? Aí quando veio o resultado da eleição nessa mesma semana, a FUNSAT retirou tudo quanto tinha dentro do seu escritório, dentro do seu almoxarifado, sai arrastando tudo e levou pra João Pessoa. (grifo nosso)

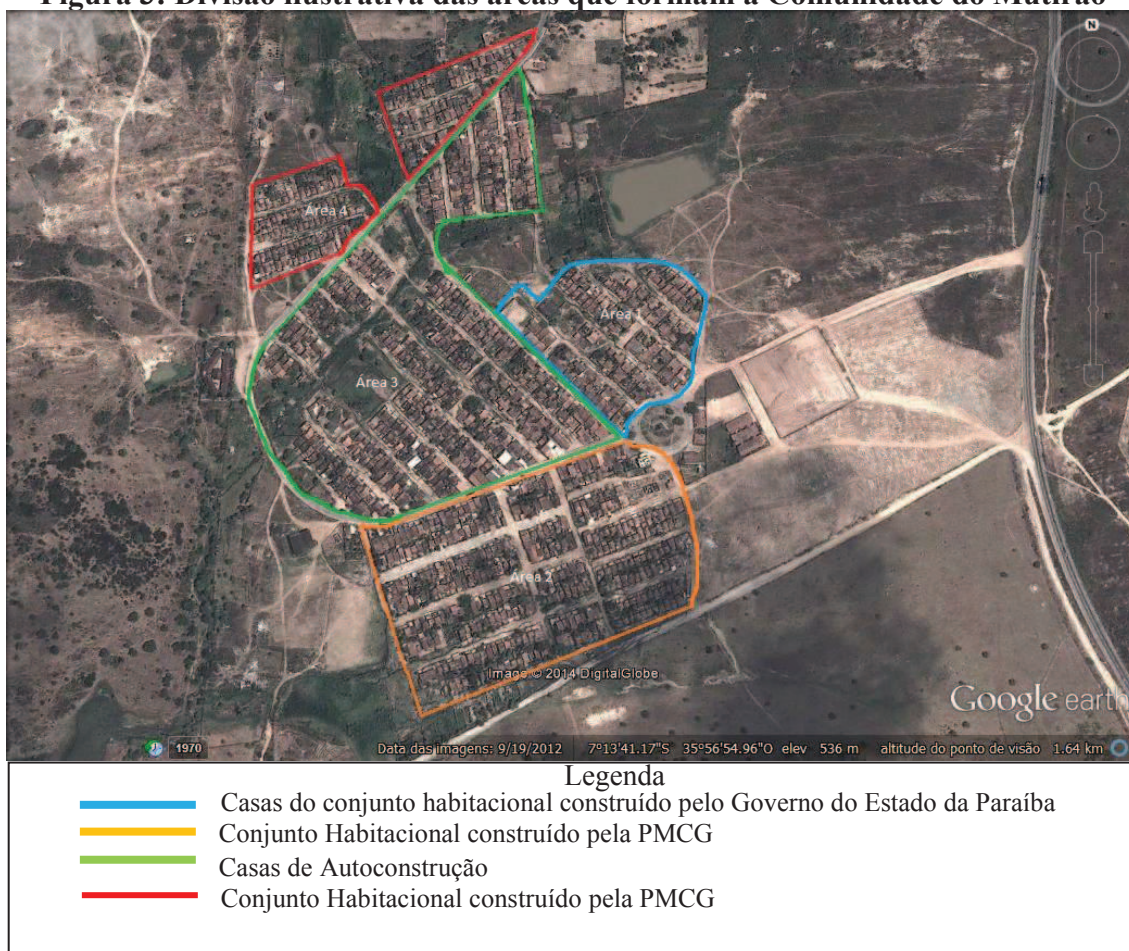
Em relação às condições de precariedade que assolavam o Mutirão no período de retirada dos materiais de construção, Dona L. G. A. (moradora do Mutirão há vinte e oito anos), tendo se mudado para o local ainda criança, relata os problemas relacionados à falta de

energia elétrica, água e transporte. Além do mais, a distância do centro da cidade dificultava inclusive a compra de mantimentos básicos de alimentação.

Em contraste com os relatos apresentados, Dona F. T. M., que há vinte anos mora na comunidade, tem outra compreensão do processo de ocupação da área. Essa moradora comprou um lote de terra para construção de sua casa, dando abertura ao crescimento das áreas de autoconstrução encontradas no Mutirão. Posteriormente, além do conjunto inicial e das casas de autoconstrução, a gestão municipal deu início a construção de outros dois conjuntos habitacionais. Esses, segundo moradores, serviriam para abrigar os moradores da área do Lixão Municipal, ainda em atividade, e pessoas vindas de áreas de vulnerabilidade social de outros bairros da cidade.

Em suma, a concepção do Mutirão acontece a partir da edificação de três conjuntos habitacionais, sendo dois construídos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande e um erguido pela FUNSAT/FAC. Em meio às construções destes conjuntos, coexistem parcelamentos e loteamentos do solo com casas autoconstruídas, das quais muitas foram regularizadas pelo Governo do Estado em momentos políticos posteriores. Na Figura 3, percebe-se a organização espacial da área, com a divisão do Mutirão em quatro áreas.

Figura 3: Divisão ilustrativa das áreas que formam a Comunidade do Mutirão



Fonte: Google Earth, Adaptado por Zenis Freire 08/05/2013

A Área 1 é o local do conjunto que deu origem à comunidade; as Áreas 2 e 4 são construções da Prefeitura Municipal voltadas para moradores em situação de vulnerabilidade social ou ambiental e que também residiam no Lixão Municipal. De um lado e de outro, muitas dessas residências foram abandonadas por seus moradores originais e foram ocupadas por pessoas de baixo poder aquisitivo vindas de outras áreas da cidade e sem qualquer identificação com o local. Um exemplo dessa situação é evidenciado na imagem a seguir.

Esta divisão é ilustrativa e foi desenvolvida com o auxílio dos moradores através de entrevistas. Entretanto, na comunidade do Mutirão as residências se apresentam de maneira plural, ou seja, em meio aos conjuntos habitacionais construídos, seja pela Prefeitura, seja pelo Governo do Estado, existem residências de autoconstrução, conforme demonstra a Figura 5.

Figura 4: Casas conjugadas do Conjunto Original que compreende a Área 1 destacada na Figura 3



Fonte: Zenis Freire, Trabalho de Campo, dezembro de 2013

Na Área 3 está a maior parte das casas de autoconstrução classificadas pelo (IBGE, 2010) como aglomerados subnormais. Essas áreas foram loteadas e ocupadas por moradores de Campina Grande e de Regiões circunvizinhas em busca de melhores condições de moradia. Em razão do baixo preço do solo urbano na área, os que para ali acorreram passaram a constituir suas residências e, em seguida, as de familiares.

Figura 5: Casas autoconstruídas que correspondem à área 3 da Figura 3.



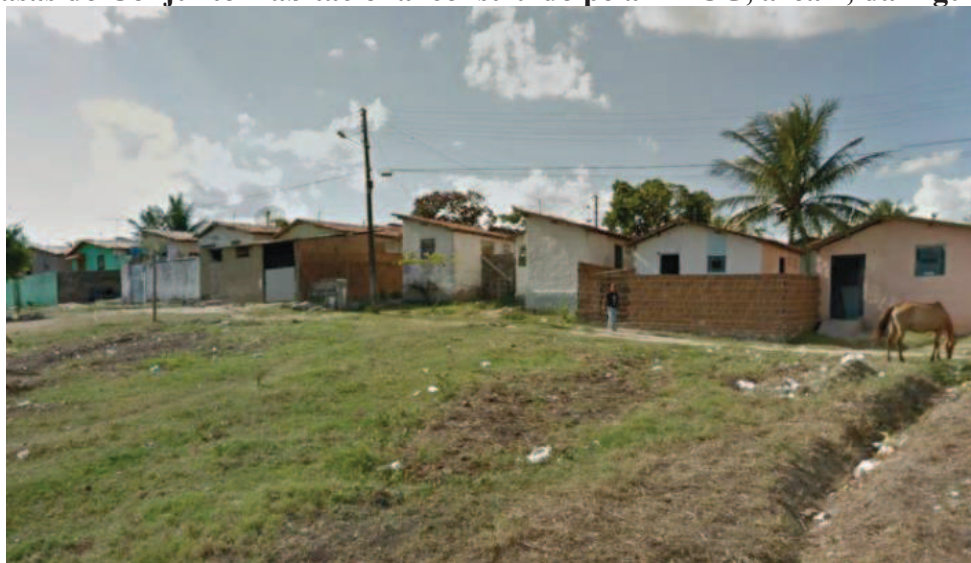
Fonte: Zenis Freire, Trabalho de Campo, dezembro 2013

A habitação da área, o baixo valor do solo urbano, a possibilidade de ter a casa própria e sair do aluguel tornavam a comunidade do Mutirão uma área atrativa para moradores de

outras locais da cidade. Animais, móveis ou outras moradias funcionavam como moeda de troca nesses casos. Alguns destes moradores, porém, não se adaptaram à localidade por causa dos vários problemas enfrentados. Diante disso, era frequente a troca de casas e o retorno às áreas de origem pela maior facilidade e acesso aos espaços de vivência anterior.

O processo de construção do Mutirão abriga questões ainda mais complexas. Em 1996, a Prefeitura Municipal de Campina Grande transfere o Lixão Municipal para as proximidades do Mutirão, mobilizando catadores e moradores a residirem na comunidade, o que acabou por acirrar preconceitos de divisões territoriais entre antigos e novos moradores. Em 2005, o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Campina Grande, criou áreas de beneficiamento e gestão do material reciclável, além de fazer a entrega de casas para os catadores residentes no lixão. Deste processo nasceu a segregação espacial nos entremeios da comunidade do Mutirão, conforme demonstra a Figura 6:

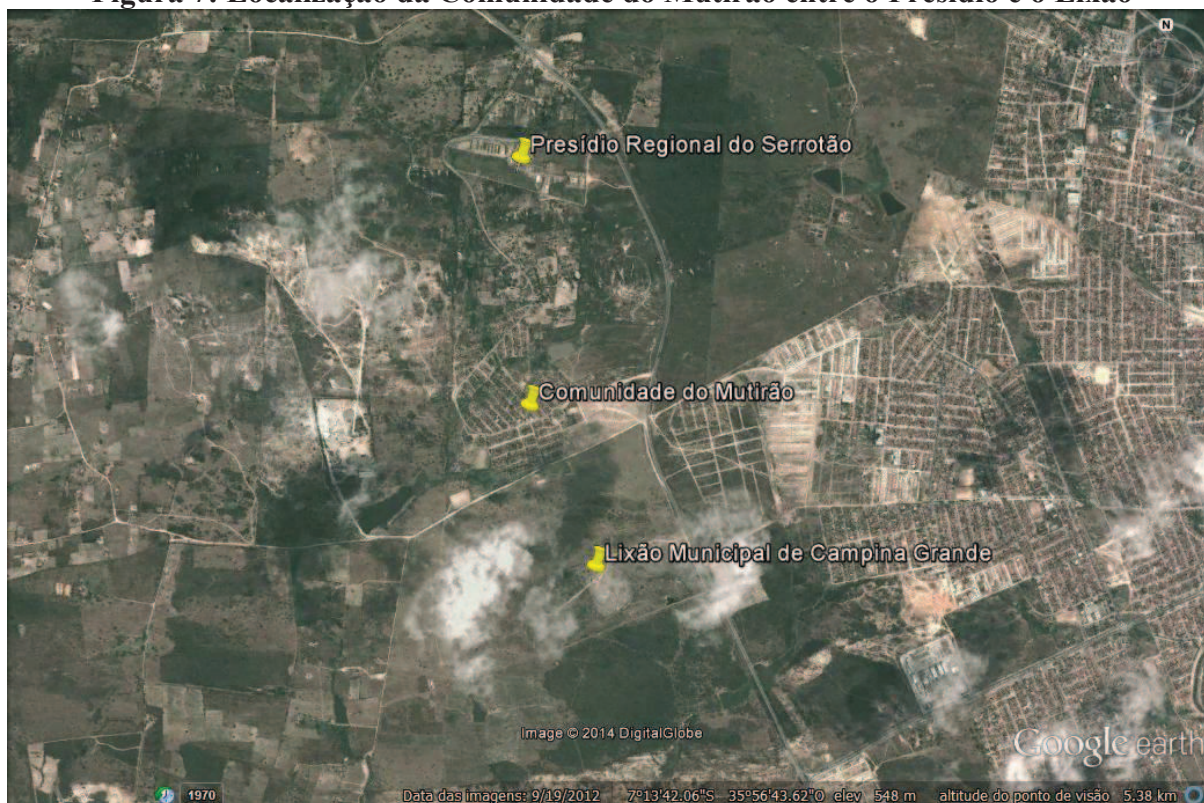
Figura 6: Casas do Conjunto Habitacional construído pela PMCG, área 4, da Figura 3



Fonte: Zenis Freire, Trabalho de Campo, dezembro de 2013

Além do processo de segregação do espaço é possível perceber, a partir da fala dos moradores entrevistados, a geração dos estereótipos e o preconceito com os habitantes do Mutirão, em virtude de sua localização geográfica e dos elementos de “exclusão” que permeiam a comunidade. Essa situação é identificada na Figura 7, onde o Mutirão (em azul) aparece ao lado do Presídio Regional do Serrotão, zona relacionada aos estereótipos de marginalização e criminalidade.

Figura 7: Localização da Comunidade do Mutirão entre o Presídio e o Lixão



Fonte : Google Earth, Adaptado por Zenis Freire 08/05/2013

Após 1996, a chegada do Lixão Municipal às imediações da comunidade ampliou o processo de “exclusão social” enfrentada pelos moradores da área desde sua origem, provocando a revolta de muitos, que relacionam o crescimento da marginalidade na localidade à instalação do lixão. É isso que afirma o morador G. S.: “Já que o prefeito Cássio Cunha Lima, ele não podia botar o Mutirão no lixo, ele botou o lixo no Mutirão”. Essa expressão é significativa do processos de segregação materializados na cidade e propiciados pelo Estado que, conforme aponta Corrêa (1993), age como um agente mantenedor do processo de segregação.

Estes processos fizeram emergir junto à comunidade do Mutirão estereótipos e preconceitos contra a origem geográfica do lugar, de acordo com Albuquerque Jr. (2007). Além de originar preconceitos, esse processo fez com que a comunidade do Mutirão despontasse como uma produção territorial, um território de controle com todas as materialidades das relações de poder. A sequência desses fatos também fez aflorar no Mutirão a constituição do sentimento de comunidade como uma tentativa de fortalecimento da luta por condições de vida mais dignas para as próximas gerações a habitar na localidade.



“A solidariedade pode derivar também de um sentimento de insegurança. E, talvez a própria consideração do papel desempenhado pela insegurança psicológica o induz a considerar alguns exemplos de conflitos”.

Luca Muscarà (2009)

3. A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE E AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES NO MUTIRÃO

3.1 Conceituando Comunidade

Pensar o conceito de comunidade no período contemporâneo compreende muitas questões que se enquadram nas novas formas de organização socioespacial e compreendem os grupos sociais. O termo comunidade por muito tempo foi pensado somente como um conjunto de grupos isolados de outras áreas do mundo, com modos de vida peculiares e até certo ponto “exóticos”.

No entanto, nessa visão um tanto quanto limitada de comunidade não se dispõe de elementos para compreender este conceito a partir de uma análise aprofundada de pessoas que vivem em torno de bens comuns, que se manifestam em diversas esferas e se materializam no espaço, não de maneiras isoladas, mas estando presente nas redes, nas cidades, no campo e em todas as formas onde se manifestam as relações humanas.

No âmbito da Geografia, os estudos ligados à comunidade não são recentes. Eles datam do estudo ligado aos gêneros de vida discutidos por Paul Vidal de La Blache e dos estudos do território desenvolvidos por Bonnemaïson (2002), autor cujas análises percebe a importâncias das relações da comunidade com seu espaço de vivência na formação do território. Nesse panorama, é possível pensar na possibilidade de formação de uma comunidade em meio a cidade e seus processos contraditórios, de produções territoriais, onde se materializam problemas ligados à segregação e ao acirramento da pobreza e das desigualdades?

Maciver e Page (1973) afirmam que uma comunidade seria composta pela localização geográfica e o sentimento de comunidade. Nesse caso, se não houver a chamada coesão social, a área geográfica por si só não é suficiente para a constituição de uma formação comunitária. Para Tonnies (1973, p. 98), “em certa medida, pode-se compreender a comunidade como um organismo vivo”. Esse autor compreende coesão social como as inter-relações estabelecidas entre a localização geográfica e o sentimento comunitário e aqueles que compõem suas vivências cotidianas.

Observando os aspectos que denotam o sentido de comunidade e percebendo as contradições presentes no Mutirão, surge uma questão importante para discussão, isto é, sua constituição como comunidade.

Wirth (1973, p.90) ressalta que “um aspecto de toda comunidade é a sua base territorial. Constitui, portanto, tarefa preliminar, em qualquer estudo, descobrir o centro e os limites de uma comunidade”. A partir dessa consideração, compreender o Mutirão como comunidade é importante para um melhor entendimento de coesão social, elemento que, aliada ao substrato territorial, expressa de fato a constituição de uma comunidade, onde a vivência cotidiana é carregada de elementos contraditórios. É importante compreender que esta convivência cotidiana na comunidade não se apresenta de forma homogênea, tampouco sem conflitos. Para Maciver e Page (1973, p.126), “a comunidade menor proporciona amigos e amizade, mexericos e rivalidade face a face, orgulho local e morada. Ambas são essenciais para o completo processo da vida”.

É nesse sentido contraditório, porém familiar, que as comunidades passam a constituir suas relações e laços. Os moradores, mesmo que habitem em áreas onde inexistente a ligação afetiva, criam, ao menos, relações com os familiares e amigos.

Para Bauman (2003), a comunidade seria uma segurança, uma estabilidade, em um mundo cada vez mais líquido que quebra todos os laços referenciais. Dessa forma, a manifestação comunitária estaria na segurança e no enlace das necessidades e das relações com o outro. Outro fator apontado por esse autor compreende a ideia de solidariedade com a qual a comunidade se fortalece.

No Mutirão, duas vertentes podem ser evidenciadas no tocante à noção de comunidade. A primeira aparece a partir de sua formação enquanto conjunto habitacional que reuniu pessoas de diferentes áreas, com diferentes perspectivas. Essas contradições, ao longo do tempo, fizeram emergir o sentido de comunidade a partir dos laços estabelecidos surgidos através das necessidades advindas da precariedade social e da vulnerabilidade socioambiental presente em seus entremeios.

A necessidade de educação, saúde e infra-estrutura básica para o desenvolvimento da vida na cidade funcionaram como chave para o Mutirão se configurar como comunidade. As lutas que implicaram seu processo de constituição, seja pela água, por transporte, por energia elétrica, educação e saúde, vieram acopladas a necessidade de moradia. A segunda vertente aparece através do sentimento de solidariedade.

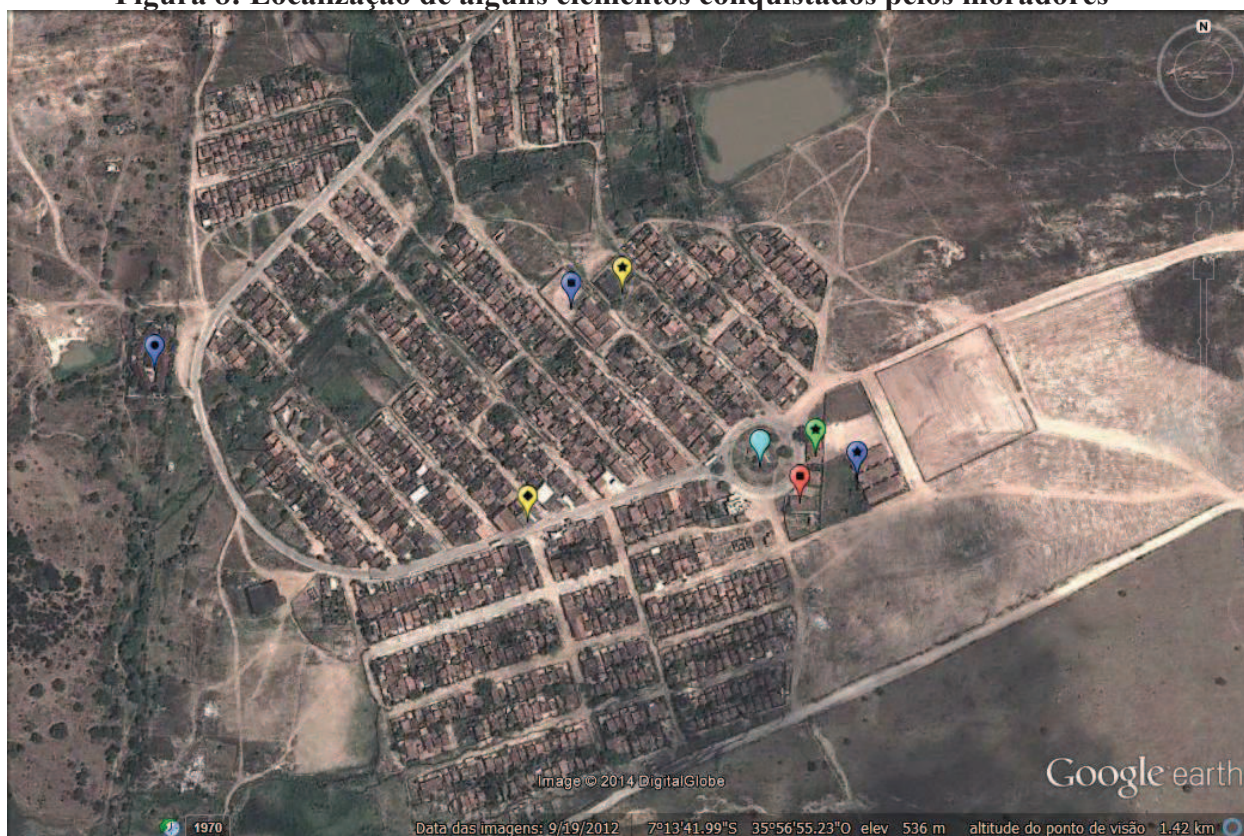
Para Muscarà (2009, p. 42), “[...] a solidariedade pode derivar também de um sentimento de insegurança. E, talvez a própria consideração do papel desempenhado pela insegurança psicológica o induz a considerar alguns exemplos de conflitos [...]”. Os processos que interligam os movimentos sociais e de solidariedade, no contexto da comunidade do

Mutirão, respondem pelo crescimento e a organização do território na busca pela melhoria das condições de subsistência daqueles que habitam a área.

3.1.1 Solidariedade e conquistas sociais: ponto importantes para a constituição de uma comunidade

Com a análise do processo histórico de formação da comunidade do Mutirão é possível compreender a luta daqueles que, “abandonados” pelo poder público, buscam melhores condições de subsistência. A Figura 8 expõe algumas das conquistas da comunidade ao longo dos seus 28 anos de constituição.

Figura 8: Localização de alguns elementos conquistados pelos moradores



Fonte: Google Earth, Adaptado por Zenis Freire, 08/05/2013



Ao chegarem ao Mutirão, as famílias não tinham sequer água para sua subsistência, mas com a formação da Associação dos Moradores foi possível reivindicar de forma organizada junto ao poder público melhorias para a área. Dessas exigências, foram construídas a Creche Municipal Vovó Adalgisa, as escolas Paulo Freire e Nossa Senhora Aparecida, respectivamente, municipal e estadual, e uma Unidade Básica de Saúde da Família. Na área do Mutirão também é possível encontrar duas instituições religiosas, sendo uma Protestante e outra Católica.

Além dessas conquistas, a comunidade do Mutirão, a partir de um mapeamento das ruas feito de forma voluntária pelos moradores, conseguiu que o sistema de entrega de correspondências, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, funcionasse a contento no local. Também foi fruto da luta dos moradores da comunidade a instauração do sistema de telefonia pública, rede de transporte coletivo frequente, energia elétrica e a instalação de uma caixa de água da CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba) na localidade.

Apesar do tímido progresso alcançado, o que se verifica na comunidade atualmente é a precarização dessas instalações e dos serviços por elas prestados. Há muito as escolas não passam por reformas, a Unidade Básica de Saúde da Família só possui um médico e o sistema de água só funciona até o meio dia. O saneamento básico não existe, apesar do início das obras de drenagem do local ter sido determinada pelo Ministério Público.

Apesar de dessa conjuntura, existe no Mutirão um forte sentimento de solidariedade. Prova disso foi o episódio ocorrido em Julho de 2011, quando o rompimento de um

reservatório de água provocou uma enchente que causou a destruição de diversas casas e deixou 34 famílias desabrigadas, de acordo com dados fornecidos pela Defesa Civil do Município de Campina Grande. Nesse acontecimento, uma criança de dez anos morreu levada pela correnteza. Com a enchente, houve uma integração dos moradores para o socorro das famílias

Figura 9: Moradia devastada pela força da água em tragédia ocorrida em 2011



Fonte: Luã Ribeiro Santos, Morador da comunidade do Mutirão 18/07/2011.

Na Figura 9 é possível perceber a devastação causada pelas águas na comunidade. Outro ponto que demonstra a reunião da comunidade foram os protestos pela continuação das buscas pelo corpo do menino José Davison Fernandes, levado pela correnteza durante a enchente, como se vê na Figura 10.

Figura 10: Moradores protestam por continuação das buscas do corpo de menino desaparecido em enchente



Fonte: Reportagem da TV Itararé. Acesso 12/10/2011

A Figura 11 demonstra a solidariedade da comunidade no resgate de uma das vítimas da enchente que passou horas segurando um galho de árvore enquanto aguardava o socorro. A imagem demonstra como os moradores do Mutirão se uniram em prol da ajuda recíproca.

Figura 11: Resgate de vítima de enchente



Fonte: Moradores da comunidade do Mutirão 18/07/2011

Os fatos acima relatados demonstram a organização do espaço geográfico a partir de uma inter-relação entre os homens e o espaço que habitam nas cidades, embora muitas dificuldades sejam enfrentadas nas comunidades precarizadas pelos serviços públicos que deveriam manter a base de sustentação da população.

No contexto da comunidade do Mutirão foi possível perceber a emergência do sentimento de comunidade consolidado, tanto a partir da solidariedade manifesta no episódio da enchente, como na luta por melhoria das condições de existência. A reunião destes dois elementos faz com que mesmo em meio a um processo de segregação uma comunidade possa coexistir e persistir em meio às adversidades agravadas pelos processos de desigualdade. Por conseguinte, estes elementos materializam a constituição de um território onde se manifestam, ao longo do tempo, diversas formas de territorialidades.

3.2 Conceituando o território

Os estudos acerca da categoria território tem sido alvos de diversas pesquisas no âmbito da Geografia Urbana. Em meio à dinâmica do mundo contemporâneo, isso se traduz

em movimentos que provocam territorialidades na cidade em formas variadas. É o que acontece no Mutirão. Para se constituir tal como se configura hoje, a comunidade passou por um processo histórico de construção e de produção territorial em virtude de seu “esquecimento” por parte do poder público e dos estereótipos gerados pelas demais áreas da cidade.

A comunidade do Mutirão, desde seu processo inicial de constituição, se configura como um território, sobretudo se for pensada a partir da concepção de Souza (1995, p.78). Esse autor afirma que “o território, [...], é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder”. Já o poder, por sua vez, para Raffestin (1993, p. 6), “[...] é presente em toda produção que se apoia no espaço e no tempo. O poder não é fácil de ser representado mas é contudo, decifrável”.

O poder decifrável, portanto, é possível de ser percebido em diversos aspectos no âmbito da cidade. Pensar o Mutirão enquanto território, entendendo-o como uma apropriação, só é possível a partir de uma leitura integradora, levando em consideração seus aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais, como apontam Souza (2009), Saquet (2009) e Haesbaert (2004). Para esses autores, sobretudo para Haesbaert (2004), o território é concebido e apropriado, porque se manifesta apenas nas relações sociais, ideia que é corroborada por Saquet (2009, p. 80), ao dizer que “não há território sem uma trama de relações sociais”.

Para Santos (2002, p. 9), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência”. Já de acordo com Saquet (2009, p. 81), o território é um

[...] produto histórico, de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e recíprocas [...] o homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é o espaço natural, social, historicamente organizado e produzido.

Para Saquet (2009), o processo da atuação do homem sobre o espaço é unido por relações de poder visíveis através da produção histórica que acaba por produzir e (re)produzir ações que estabelecem um território. O território, por sua vez, não pode ser visto de forma fragmentada e desarticulada, pois intercala elementos substanciais de conotações que por muito foram separadas, mas que na vida cotidiana são intercaladas e coexistem interligadas.

A concepção de território varia de acordo com ponto de vista teórico-metodológico do pesquisador. Dessa forma, ora tem se valorizado mais seu caráter econômico, ora o político;

enquanto outros estudos apontam para uma abordagem cultural do território. Atualmente, tem se discutido a questão territorial sob o viés ambiental.

Autores como Haesbaert (2004), Saquet (2009) e Souza (2009) propõem uma análise percebendo o território como integrado. Isto porque não há como pensar em território econômico sem compreender a ordem política que rege e mantém os processos e sistemas econômicos. Porém, nenhuma política é implementada sem levar em consideração os aspectos culturais relacionados a esta construção baseada nas crenças e valores sociais que direcionam os pensamentos políticos. Nenhum desses elementos se constitui fora de um ambiente construído e organizado pelo homem, que compreende e materializa as relações de poder existentes na relação homem/natureza.

Haesbaert (2004) discute o território sobre a perspectiva de dois binômios. Um ligado ao materialismo-idealismo e o outro unido à idéia de espaço-tempo. Sobre o primeiro, o autor elenca duas esferas, uma parcial, que trabalha a dimensão política, econômica e cultural de forma fragmentada, e a outra, que propõe uma ideia integradora do território.

Ao explicar a relação do binômio espaço/tempo, o autor refere-se a dois sentidos, um que relativiza ou não a dinâmica temporal, tanto em uma entidade físico-material, quanto social-histórica, e o outro compreende ideias embasadas numa dinâmica de historicidade e geograficidade que são abordadas nas sociedades em que “espaço geográfico se está historicamente circunscrito a determinado período(s), grupo(s), social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s)” (HAESBAERT op. cit. p.41).

Este debate se soma a presente análise em virtude da comunidade do Mutirão se caracterizar como território, materializando a perspectiva do binômio espaço/tempo, uma vez que seu processo de formação histórica materializa-se no espaço em uma formação territorial, acoplada de relações de poder que constituíram a apropriação deste espaço em uma relação onde se sobrepõem as inter-relações espaço/temporais.

A análise territorial a partir dos binômios descritos Haesbaert (2004, p.40), na perspectiva materialista, constitui uma fragmentação do conceito de território. Nessa perspectiva, o território se subdivide em político, econômico e cultural. O território político, por sua vez, abarcaria o espaço-poder em sentido geral. Nesse contexto, as dimensões das relações de poder se sobrepõem a um espaço delimitado e estão ligadas à ideia de Estado.

O território econômico se constitui enquanto recurso para a economia na relação do capital com o trabalho e com a divisão territorial dessa área. No tocante ao viés cultural, a ideia de território está diretamente ligada à perspectiva de apropriação do espaço pelas inter-

relações subjetivas, atreladas a valorização, sobretudo simbólica, da relação dos grupos ao seu espaço vivido.

Por perceber a presença de todos eles elementos de forma interligada durante esta pesquisa, optou-se por pensar o objeto de estudo por uma perspectiva idealista do território, conforme proposta por Haesbaert (2004, op. cit., p.40). Esse autor aborda a importância de pensar a análise territorial de maneira integradora a partir de todos os elementos que permitem uma visão mais complexa do território e apresentam seus elementos de maneira inter-relacionada. Esta interação, por sua vez, se faz presente na dinâmica do espaço ao longo do tempo, mantendo relações intrínsecas entre os sujeitos sociais que se articulam com o espaço através da apropriação, em que são criados símbolos de uma valorização espacial e se sobrepõem agentes e atores econômicos³, produzindo dinâmicas políticas ligadas diretamente ao Estado ou não.

Souza (2009) amplia o sentido da discussão no que concerne ao território, ligando-o a uma conotação material e imaterial na perspectiva teórico-conceitual de “descoisificar” o território, remetendo-o apenas a um substrato material. O autor amplia ainda a discussão para as relações escalares e temporais. Estas compreendem os grupos sociais que projetam suas relações de poder sobre o espaço, produzindo territórios.

Pensar os territórios de maneira integradora, na proposta de Saquet (2009, p.74), incorpora outro elemento, a natureza. Para esse autor, “o caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N)”. Sendo assim, é fundamental pensar o território de maneira articulada como forma de incorporar as condições ligadas a economia-política-cultura-natureza através de uma perspectiva material e imaterial, uma vez que o território e a territorialização provocam a dimensão da territorialidade. Para Saquet (2009, p. 90),

[...] efetiva-se em todas as relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida.

³ Neste contexto agentes e atores econômicos está ligado a ideia daqueles que detém meios de produção para movimentação do capital e os atores compreendem os que provocam o controle destas, aqueles que organizam a produção dos agentes econômicos no espaço a exemplo do Estado.

Todas estas questões, ligadas à dinâmica do território para fins de entendimento de seu conceito e da produção de suas territorialidades, podem ser percebidas e materializadas no espaço da cidade através das diversas produções territoriais existentes na manifestação dos diferentes territórios, como é o caso da comunidade do Mutirão. Portanto, neste estudo, o território é compreendido sob o ponto de vista das relações de poder estabelecidas pela sociedade no espaço.

3.2.1 Múltiplas Territorialidades na Comunidade do Mutirão

O Mutirão pode ser apresentado como produção territorial por diversos fatores. A comunidade emerge como um espaço afastado e um território controlado pelos chamados “micropoderes”, segundo análise de Michael de Foucault sobre as perspectivas do Estado. Para Foucault (2008, p. 520), a análise do micropoder está “[...] longe de ser limitada a um domínio preciso que seria definido por um setor da escala, deve ser considerada [...] um ponto de vista, um método de decifração válido para uma escala inteira, qualquer que seja sua grandeza”.

O micropoder abordado por Michael de Foucault endossa a discussão elaborada por Souza (2009, p.67) alusiva à perspectiva dos nanoterritórios, que se apresentam em uma escala de análise muito pequena. A comunidade do Mutirão tem maior abrangência, pois abarca territorialidades que possibilitam variadas análise dos nanoterritórios estabelecidos pelos micropoderes, a exemplo do caso do tráfico de drogas presente na área e que demarca fronteiras a partir de ruas tornando visível a materialização de um território produzido de maneira simbólica.

A comunidade do Mutirão circunscreve-se ao longo do tempo em uma territorialidade que inicialmente teve o sentido da “contenção territorial”, conforme abordada Haesbaert (2010), em virtude da falta de acessibilidade ao local e pelas diferentes formas de apropriação ambiental, política, econômica e cultural que constitui. Além disso, o Mutirão, enquanto território, se manifesta também em sua dimensão simbólica pelos estereótipos gerados em áreas da cidade que temem a comunidade e aqueles que nela vivem. Diante dessa situação, dos habitantes do Mutirão surge não um sentimento de apego ao lugar, como referencia Tuan (1983), mas laços territoriais de apropriação do espaço. É bem verdade que para essa afirmação seriam necessários estudos mais aprofundados com foco em torno dessas questões, todavia, a partir das entrevistas realizadas, o que se percebe é que, com os estereótipos gerados pelos discursos do medo e da violência e pelo processo de segregação acoplados ao

Mutirão, a vivência existente neste espaço ocorre pela falta de perspectivas de saída do local.

Os moradores afirmam que os problemas estruturais da comunidade são a causa de muitos descontentamentos. Na fala de F. T. M. (vinte anos de idade) a vergonha derivada de se possuir uma residência no Mutirão ocorre em razão das precárias condições sociais em que a comunidade se encontra. Diz a moradora: “Chega uma pessoa aqui faz vergonha com as ruas desse jeito, dia de chuva aqui fica pior”. Problemas socioambientais, decorrentes da falta de saneamento básico e de calçamento nas ruas, como mostra a Figura 12, são agravados durante os períodos chuvosos. Lama e lixo se acumulam nas ruas sem calçamento.

Figura 12: Precariedade das ruas no Mutirão com esgoto a céu aberto



Fonte: Lizoete Barreto, vice-presidente da Associação dos Moradores do Mutirão

Outro elemento que aparece ainda como pano de fundo nesta discussão diz respeito à relação entre urbano e rural na comunidade. Este fato materializa-se nos estudos que demonstram a imbricação rural e urbano no mesmo espaço, aparecendo, nesta perspectiva, como um *continuum*, como abordam Rosa e Ferreira (2010). Os elementos da paisagem urbana se inter-relacionam com o rural no Mutirão, onde tornam-se visíveis através das áreas em que os moradores cultivam agricultura de subsistência por meio da irrigação de hortaliças, além da criação de equinos e suínos.

Esses elementos perceptíveis na comunidade do Mutirão são passíveis de intensas pesquisas no tocante à ideia de como se manifestam as múltiplas territorialidades no Mutirão, demonstrando a multiplicidade do viver e habitar nesta área. Além destas proposições, emergem várias territorialidades na comunidade em que os principais exemplos são a territorialidade religiosa, que tem ganho amplitude nos últimos anos, e o território da violência, entre outros formados em meio aos processos de segregação dentro da organização espacial da comunidade.

3.2.2 O território da violência

A violência é um dos problemas mais comuns das cidades atualmente. Essa situação tem se manifestado na formação de verdadeiros territórios, como aponta Souza (1995), ao discutir o tráfico de drogas nas favelas do Estado do Rio de Janeiro. A territorialidade do tráfico de entorpecentes não é mais uma realidade apenas das grandes cidades. Essa realidade tem se manifestado também nas cidades de porte médio, a exemplo de Campina Grande.

No Mutirão, diversos fatores atuaram para o desenvolvimento da violência na comunidade. Um desses fatores é a proximidade com o Presídio Regional do Serrotão e conseqüentemente o afastamento da área central da cidade, o que acabou por contribuir para a atração de facções criminosas para a área. Esses grupos então passaram a organizar o tráfico de drogas de toda a área pertencente à comunidade.

A instalação do Lixão Municipal agravou a situação, tendo em vista que, frente ao trabalho degradante, muitos catadores tornaram-se usuários de drogas tendo como resultado a manutenção dos territórios do tráfico. Essa conjuntura, intensificada com o frágil poder policial na área, fez do Mutirão um território assolado por homicídios e controlado por traficantes de drogas que instituíram o “toque de recolher” na comunidade, levando a população a conviver com o sentimento de insegurança constante. Esse cenário consolida a condição do Mutirão como um aglomerado de exclusão.

Segundo os moradores R. da S. S., M. A. M., G. S. e L. B., diminuiu a atuação do território do tráfico e o toque de recolher já não existe mais desde o ano de 2012 quando um policial foi morto em ocorrência com tiro disparado por um dos comandantes do tráfico de entorpecentes da área. Esse episódio obrigou as forças policiais a olharem para o Mutirão numa clara tentativa de exterminar a articulação criminosa lá existente. Para tanto, foi instalada na comunidade uma UPS (Unidade de Polícia Solidária), cujos objetivos principais são a segurança dos moradores e a diminuição das ocorrências de homicídios na área. Há um ano não são registrados casos de homicídios no Mutirão. A Figura 13 mostra a Unidade de Polícia Solidária do Mutirão, localizada no centro da comunidade.

Figura 13: Sede da Unidade de Polícia Solidária do Mutirão



Fonte: Fotografia de Moradores da Comunidade 22/11/2013

É fato que a violência não foi extinta. Contudo, desde a instalação da UPS, os moradores da comunidade tem podido circular livremente pelas ruas do Mutirão. No entanto, as questões geradas em torno do território da violência produziram na comunidade o aparecimento de outros processos segregadores denominados de “segregação em meio à segregação”.

3.2.3 A segregação em meio à segregação

Como já discutido anteriormente, a criação do Mutirão resulta de diversos elementos, são eles: a construção dos conjuntos habitacionais, as casas de autoconstrução e os territórios formados pelo tráfico. Esse panorama propiciou o aparecimento de processos de segregação territorial entre os próprios moradores da comunidade.

O Mutirão é uma área marcada por disparidades sociais e econômicas, fato observado até pela localização geográfica e construção das casas. Se de um lado existem residências com apenas um cômodo, do outro, são encontradas estruturas com mais de um pavimento. Segundo entrevista realizada com agentes comunitárias de saúde com atuação na comunidade, mais de 90% da população sobrevive de um salário mínimo, embora existam comerciantes que possuam empregados domésticos, além de imóveis e outros comércios na cidade. Em meio às disparidades encontradas na construção dos conjuntos habitacionais e nas casas de autoconstrução, existem áreas cujo acesso não é recomendado por serem perigosas.

Figura 14: Casa de “alto padrão” localizada no Mutirão



Fonte: Zenis Freire, Trabalho de Campo, dezembro 2013

Essa multiplicidade demonstra a necessidade de pensar as análises territoriais a partir de uma ótica que perceba as multifaces incorporadas às subjetivações dos sujeitos que constroem a comunidade, tanto em seus processos de segregação quanto em suas dimensões política e econômica.

Para os moradores do Mutirão, o maior problema encontrado hoje no Mutirão refere-se à questão do saneamento básico e do esgoto a céu aberto.

No último mês de novembro, a comunidade recebeu a visita do Governador do Estado para autorização do início das obras de esgotamento sanitário, conforme pode ser verificado na Figura 15, embora até esta data não tenham começado. Vale lembrar que esta obra é uma construção que havia sido prometida desde o início do processo de construção do Mutirão. Motivo de promessas de campanhas políticas ao longo das últimas décadas, a obra foi exigida pelo Ministério Público após a enchente ocorrida no ano de 2011.

Essa autorização do Governo do Estado, ocorrida a um ano das eleições, retoma a discussão elaborada por Corrêa (1993) no tocante ao posicionamento do Estado perante o jogo de interesses do capital, provocando desigualdades e mantendo-se na perspectiva de proliferar a manutenção e o domínio do poder, deixando implícito, neste caso, a necessidade de votos.

Figura 15: Visita do Governador do Estado da Paraíba para assinatura do início das obras de Saneamento Básico no Mutirão



Fonte: Moradores do Mutirão 22/11/ 2013

Apesar de ser de responsabilidade do governo estadual, a construção e regulação do solo urbano na comunidade do Mutirão são usadas também durante as disputas do pleito municipal. O decorrer das eleições municipais retoma o processo de políticas de manutenção das desigualdades engendradas pelo Estado. A busca por votos se dá troca de ações remediadoras de problemas básicos de subsistência. Nesse contexto, o que ocorre é uma estratégia de beneficiamento político que deixa de lado a preocupação com o processo de organização da cidade e os benefícios para a população daí advindos: melhores condições de vida e um ambiente favorável ao desenvolvimento das famílias com acesso às políticas públicas de saúde e educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da dinâmica exposta a respeito das interfaces do Mutirão enquanto aglomerado de exclusão, presente na cidade de Campina Grande, é possível perceber como o processo de segregação pode ser historicamente construído, tomando como perspectiva a inter-relação do binômio espaço/tempo, bem como estes processos passam a gerar territórios no espaço da cidade. Esta que, ao passo que cresce, amplia as disparidades sociais.

É importante lançar um olhar sobre a expansão da cidade, o que tem se dado em meio a um forte processo de especulação imobiliária e hipervalorização do solo urbano, promovendo o aumento da ocupação de áreas consideradas irregulares e ampliação dos chamados “aglomerados subnormais”.

As áreas de ocupações irregulares devem ser pensadas para além de conceituações técnicas, uma vez que estas ocupações se diferenciam em relação ao espaço da cidade que ocupam. Essas ocupações compõem padrões contrários aos exigidos pela Lei 6.766/79, que dispõem do parcelamento do solo urbano, seja em áreas que apresentam moradores com baixo poder aquisitivo, seja naquelas que, embora regularizadas pelo poder público, contrariam as exigências dispostas na legislação.

Na discussão sobre território é preciso enxergar a questão para além das dicotomias que fragmentam as inter-relações presentes no espaço, pensando-o como um todo articulado que se manifesta nas questões político, econômica, cultural e de natureza, uma produzindo e (re)produzindo a outra de maneira interligada e integrada. Desta forma, o Mutirão apresenta-se como uma teia de relações e, portanto, como um território onde se manifestam as relações de poder de forma heterogênea. Em suma, um espaço onde existem contradições que produzem múltiplas territorialidades e mantém a comunidade como um organismo vivo em que estão presentes as relações de vizinhança, de solidariedade e de lutas por melhores condições de subsistência.

No abandono por parte do poder público e das discussões acadêmicas é que revela-se a importância deste estudo sobre a comunidade do Mutirão. Essa proposta emerge da necessidade dos geógrafos voltarem os olhares para as classes menos abastadas da sociedade, buscando dar voz àqueles que são sufocados em meio ao grande processo de segregação materializado nas cidades.

É preciso observar as comunidades para além dos estereótipos, procurando entender os sujeitos que ali vivem não só como um todo coletivo, mas também como seres individuais e

subjetivos que detêm memórias importantes sobre a cidade, mas que por vezes são esquecidas e deixadas de lado.

A Geografia é uma Ciência Humana que tem como objeto de estudo o espaço e seus processos de transformação, articulando os elementos da inter-relação homem/natureza. Por isso, perceber as diversas formas de organização do espaço, independente da classe social, é uma das obrigações dos seus pesquisadores.

Este trabalho deixa em aberto pontos de discussão para serem analisados em futuros projetos. No Mutirão existem outras possibilidades de análise, compreendidas a partir de vários métodos e categorias da Geografia. Neste estudo, optou-se inicialmente por território e processos de segregação, no entanto, são passíveis de interpretação aspectos como sentidos de lugar, problemas socioeconômicos e ambientais, transformações da paisagem, a atuação do Estado enquanto produtor do espaço urbano e mantenedor das desigualdades, e o processo de valorização imobiliária no entorno da comunidade que cresce e acirra os problemas sociais na cidade. Esses pontos são algumas das possibilidades de análise não só da comunidade do Mutirão como de outras comunidades existentes na cidade de Campina Grande que merecem um olhar diferenciado e que tenha como objetivo mostrar novos elementos, além dos estigmas da violência e do preconceito.

Por fim, o objetivo do trabalho foi alcançado à medida que se percebeu que o Mutirão, além de incorporar uma realidade, ora excludente, ora de inclusão precária, passa a se configurar como um território e, no entanto, mesmo em meio a esses processos, a comunidade consegue obter algumas conquistas através da luta social e da solidariedade, consolidando o sentimento de comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BONNEMAISON, Joel. Viagem torno do Território, In: CORRÊA, Roberto Lobato. E ROZENDAHL, Zeny. (Org.). **Geografia cultural: Um Século (3)**, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002. p. 83- 131.

BRASIL. Lei nº. 6766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento urbano e dá outras providências. Disponível em: http://www.cabreuva.sp.gov.br/pdf/Lei_6766_79-Parcelamento_do_Solo_Urbano.pdf. Acesso em: 10/05/2012

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa. SCOCUGLIA, Jovanka B. Novos Discursos, Velhos Problemas: Políticas Urbanas e Planejamento em Campina Grande-PB (1970-2005). In: Revista Alpharrábios UEPB, vol. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html>. Acesso em: 20/03/2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUIMARÃES, Raul Borges. et al. Cidades Médias: Territórios da exclusão. **Revista Cidades**, Presidente Prudente. Vol.2, n.4, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão, In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p 165 – 205.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – Censo Demográfico **Aglomerados Subnormais: primeiros resultados 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Dados sobre população de Campina Grande. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20/09/2013.

MACLIVER, R. M; PAGE, Charles. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológico e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 117-131.

MAIA, Doralice Satyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-

PB, Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2007.

MUSCARÀ, Luca. A heurística de Jean Gottmann: Um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.), **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**, ed, São Paulo, Expressão Popular. UNESP, 2009. p. 37 – 56.

PORTO, Francisco Evangelista. **O mapa da cidade: o papel das políticas públicas e suas relações com o crescimento urbano da cidade de Campina Grande – PB**. Campina Grande: UEPB, Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas, UEPB. 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

ROSA, Lucelina Rosseti. FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, Maria da Encarnação. WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.) **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2 ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010. p. 187-204.

SANTOS, Milton, O dinheiro e o território In: SANTOS et all. **Território, territórios**. Niterói: Lamparina, 2002.

_____. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000. 174p.

_____. Urbanização brasileira. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial, In: _____. SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.), **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo, Expressão Popular. UNESP, 2009. p. 73 – 94.

SAWAIA, Bader. (Org). **As armadilhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOGAME, Maurício. Rudimentos para o exame da urbanização em sua face crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. In: **Geografares**. Vitória, nº 2, jun.2001. p. 95 – 103.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: Cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930 a 1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº 46, pp. 61-92. 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2003.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa, CORREA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 13^o ed. Rio de Janeiro, Bertrand. 1995. p 165 – 205.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 57 – 72.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideiais. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 96 – 116

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

WIRTH, Louis. Delineamento problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 82 – 95.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 : ROTEIRO DE ENTREVISTAS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA (SEMI-ESTRUTURADA)

- 1- Como surgiu a comunidade do Mutirão?
- 2- Você ora na comunidade há quanto tempo?
- 3- Como caracteriza o local onde mora?
- 4- Gostaria de sair do Mutirão? Por que?
- 5- Porque veio morar no Mutirão? Gosta da comunidade?